



Anais da Assembléia

N. 18

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 14.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1986

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Tadeu França.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para a tramitação do Projeto de Lei N. 206/85, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Londrina, área de formato irregular medindo 1.496,31 m², do Distrito de Warta, do referido município, para a construção de uma quadra esportiva destinada à educação.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, "data venia", à douda Mesa após ouvir o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa "voto de pesar" pelo falecimento do companheiro vereador RUBENS SIQUEIRA RIBAS, o Vereador mais jovem da Câmara Municipal de Guarapuava.

Uma vez aprovado, que se dê ciência à sua progenitora Senhora MARIA CONCEIÇÃO SIQUEIRA RIBAS, residente a Rua Quintino Bocaiúva n. 1628 — 1.º andar, bem como a Câmara Municipal de Vereadores daquele próspero município

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, lamentavelmente vimos a este distinto Plenário, apresentar um requerimento com votos pesarosos, pelo falecimento do Companheiro Rubens Siqueira Ribas.

Grande amigo, político hábil, bom filho, em sua carreira de homem público se destacou de forma ímpar por seu altruísmo abnegado e sua preocupação para com os problemas do povo guarapuavano.

Estamos inconformados com esta lacuna que ficou aberta na plêiade política de Guarapuava. É lamentável ver um homem que no início de uma nova vida, de uma família, de um lar, teve sua vida abruptamente interrompida por um acidente fatal.

Esperamos de que se levantem homens públicos com as mesmas propostas de "Rubinho", como popularmente é conhecido em sua cidade, para prosseguir avante à luta em prol do laborioso cidadão de Guarapuava, mui especialmente a juventude.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, "data-venia", à douda Mesa, após ouvir o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Legislação Estadual, "voto de pesar" pelo falecimento da Professora DELMIRA THOMAZ, no município de Guarapuava.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Sr. Aleixo Thomaz Filho, residente à Rua Visconde de Guarapuava, 1211, naquele município.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é com a alma entristecida, que trazemos a este magno Plenário, um requerimento em que ofertamos votos pesarosos, pelo falecimento da Professora Delmira Thomaz, ocorrido na Cidade de Guarapuava.

Nos entristecemos porque a Professora Delmira Thomaz, sem desmerecermos as demais, se destacou em sua missão, por seu altruísmo insofismável, sua dedicação quase que deletéria a si própria, sempre preocupada em expurgar a pecha do ensino por profissão, motivo primacial por que seus alunos se destacaram na vida cívica e profissional, dentre os quais este Parlamen-

tar humildemente sente-se honrado em pertencer.

"Dona Delmira", como a chamávamos naquele tempo, foi nossa primeira professora em Inácio Martins, posteriormente transferindo-se para Guarapuava e por conseguinte, jamais nos omitiríamos em render-lhe esta homenagem póstuma, pedindo a Deus que receba-a em seu seio, console os familiares, admiradores e amigos e que lamentam esta perda irreparável, este desfalque insubstituível na plêiade de mestres guarapuavanos.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, no município de Registro, vítima de acidente automobilístico, aos 32 anos de idade, do Vereador RUBENS SIQUEIRA RIBAS, deixando viúva a sra. Tereza Cristina.

O extinto era natural de Guarapuava, onde exercia a função de Vereador, na Câmara Municipal daquele município. Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata, dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ CÂNDIDO MAIA, ocorrido no último sábado, na cidade de Clevelândia.

O extinto era funcionário federal aposentado, pertencente a tradicional família de Clevelândia, deixando viúva Dona ALTIVA, filhos e netos.

O passamento do Senhor José Cândido, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como da sociedade local, inclusive difícil de ser preenchida, onde gozava do mais alto conceito junto à comunidade, onde era considerado benemérito, sempre ligado às causas humanitárias militando sempre com todas as suas forças em todos os setores. Seu caráter, seu espírito de justiça e sua seriedade fizeram com que fosse um amigo, um irmão inseparável do saudoso MANUEL LUSTOSA MARTINS.

O seu trabalho, sua dignidade e honradez são exemplos que deverão ser seguidos pelas futuras gerações para que tenhamos um país mais humano, mais sério e mais digno.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA NITA GARANHÃO, ocorrido no último dia 29 de março.

Pessoa muito dedicada ao lar e muito querida por tantos quantos a conheciam, era mãe do Senhor Erasmo Garanhão,

deixando-nos com muitas saudades e tristeza.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência à família anlutada.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor OTACÍLIO DE OLIVEIRA, ocorrido na data de 29 de março do corrente ano.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada através de sua esposa, senhora Amélia de Oliveira.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO EVANGELISTA BENATTO, ocorrido em 30 de março de 1986, na cidade de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dado ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa senhora ADELINA DE JESUS BENATTO, residente à Rua Joaquim Ribas de Andrade, n. 1812.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre Vereador RUBENS SIQUEIRA RIBAS, membro de tradicional família guarapuavana, ocorrido no dia 25.03. próximo passado, em Guarapuava, deixando viúva a senhora TEREZA CRISTINA TAQUES RIBAS.

REQUER, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à Câmara Municipal, à Rua XV de Novembro, 3466, em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida preferência de votação ao Projeto de Lei n. 04/86, oriundo de Mensagem Governamental n. 02/86, que dispõe sobre o índice de majoração de vencimento e vantagens do funcionalismo público do Estado, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja marcada para o dia 30 de abril de 1986, às 17.00 horas, a sessão solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. JOSÉ SIMÕES DE PAIVA NETO – Diretor presidente da Legião da Boa Vontade.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de regozijo ao Jornal "Folha de Tamandaré", pelo seu primeiro ano de fundação, neste dia.

Precisamente, há um ano, nascia em Almirante Tamandaré, o caçula da imprensa paranaense, portavoz não só da localidade, como também de outros municípios que integram a região metropolitana de Curitiba. Não obstante o pouco tempo de vida a "Folha de Tamandaré" ganhou notoriedade, assim como a simpatia e o respeito dos seus inúmeros leitores.

Pela seriedade da sua linha de conduta, fazendo da sadia informação seu ponto forte, o órgão dirigido pelo caro jornalista Leônidas Dias está colhendo os frutos de um grande ideal, graças ao trabalho e abnegação de tantos quantos colaboram com ele.

Assim, nada mais justo do que esta Casa prestar sua homenagem à "Folha de Tamandaré", através de um voto de regozijo na passagem de seu primeiro aniversário de fundação, pelo que pedimos a consignação nos seus Anais, estendendo os efusivos cumprimentos à direção, funcionários, colaboradores e leitores daquele órgão.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de regozijo ao Jornal "DIÁRIO POPULAR", ocorrido no dia 04 do mês em curso.

É o "DIÁRIO POPULAR", um órgão sobejamente conhecido no Paraná, tradicional e sempre preciso em suas informações, caracterizado pela imparcialidade e variedade de notícias.

Fundado a 4 de março de 1963, tem demonstrado ao longo de sua existência o mesmo discernimento em sua maneira de divulgar, ganhando com isso a simpatia da população e de seus inúmeros leitores.

Sabidamente dirigido pelo ilustre jornalista Dr. Abdo Aref Kudri, é hoje um exemplo a ser imitado pelo jornalismo aqui da terra, merecendo nosso respeito e admiração.

A direção, funcionários e colaboradores do "DIÁRIO POPULAR", pelo que fez e tem feito em prol da comunicação paranaense, pede-se ser inscrito nos Anais da Casa um voto de regozijo pelos seus 23 anos de vida, com os augúrios de contínuos sucessos.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, "data venia" douta Mesa, após ouvir o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Legislação Estadual, "voto de regozijo" à CAMILAS – Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul Ltda., pelo vitória do Sr. LUIZ CELSO MACHADO, obtida no sufrágio realizado no último dia 22, quando concorreu a presidência daquela Cooperativa e foi eleito com expressiva margem de votos.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Presidente eleito, na Rua XV de Novembro s/n, em Laranjeiras do Sul, bem como à Rádio Educadora na Rua Deputado Ivan Ferreira do Amaral Filho, 1496.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem, amanhã, dia 27, dos 96 anos de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que desta decisão seja dado ciência ao Senhor Prefeito municipal e ao Senhor Presidente da Câmara daquela Municipalidade, como expressão do Poder Legislativo Paranaense, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná homenageia, com este voto, a laboriosa e culta população de União da Vitória, pelos 96 anos de emancipação política.

União da Vitória se consolidou como principal pólo de desenvolvimento da importante região Sudeste do Paraná, e como portão de entrada para o vasto e rico Oeste Catarinense, junto com a cidade gêmea de Porto União.

As tradições mais caras aos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, têm suas raízes na Cidade de União da Vitória, com seu casario às margens do Rio Iguaçu, seu parque industrial vigoroso baseado na transformação da madeira, da erva mate e, agora, da agricultura.

A cidade fundada pelo grande desbravador paranaense, Coronel Amazonas de Araújo Marcondes consolidou-se como uma das principais rotas da penetração luso-brasileira nas terras do Sudeste. Os desenvolvimentos propiciados por aquele bandeirante paranista, como a navegação a vapor pelo Rio Iguaçu, promoveram um surto de progresso que determinou o Governo Estadual a elevar a então Freguesia de Porto União da Vitória à categoria de Vila, pelo Decreto n. 54, de 27 de março de 1980; e pelo Decreto n. 55, do mesmo dia, mês e ano, à categoria de município, desmembrado da centenária municipalidade de Palmas.

Desde o início, a antiga concentração humana do povoado de Nossa Senhora da Vitória evidenciou sua força polarizadora. Em 1895, foram fundados a primeira escola primária e o primeiro internato, por obra de José Cleto da Silva. Dez anos depois, a cidade foi ligada ao sistema ferroviário nacional, com a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Hoje, o suprimento regular de energia elétrica, a

modernização da agricultura e pecuária, a existência de um eixo de transportes representado por ferrovia e estradas asfaltadas, tudo faz de União da Vitória um centro regional de primeira ordem. Além de polarizar a comercialização de produtos da região e distribuição de mercadorias industrializadas para consumo, a cidade começa a consolidar uma feição industrial própria, que ajuda a radicar a população e elevar o nível da renda.

Uma bacia leiteira exitosamente implantada nos últimos anos abriu outras perspectivas à agropecuária, à região de União da Vitória, na estrada de um vasto ciclo de desenvolvimento agrícola e pecuário.

Por todos esses fatores, a passagem dos 96 anos de emancipação política de União da Vitória diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias sociais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de voto de congratulações, pela passagem dos cinquenta e um anos de existência do Porto de Paranaguá, bem como que da decisão da Mesa seja dado ciência ao Doutor Olívio Zanella, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo do PMDB

REQUERIMENTO (a)

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de congratulações pela passagem do 1º ano de fundação da "Folha de Almirante Tamandaré".

Requer, outrossim, que dá decisão da Mesa seja dado ciência ao Senhor Leônidas Dias, em Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pela passagem do vigésimo terceiro aniversário de fundação do "Diário Popular".

Outrossim, requer ainda, que dá decisão da Mesa seja dado ciência ao Presidente do jornal supra citado, Doutor ABDO AREF KUDRY.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, voto de louvor pelo transcurso, neste ano, do cinquentenário da chegada ao Brasil, da Congregação dos Padres Missionários da Consolata.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Fundada na cidade italiana de Turin em 1901, a Congregação dos Padres Missionários da Consolata chegou ao Brasil em 1936, instalando-se no Oeste do Paraná, mais especificamente em Cascavel, Nova Aurora, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Cafelândia, por volta de 1951, então municípios nascentes e cujo progresso deve-se muito ao trabalho de irradiação da fé e da missão sacerdotal aliada à filantropia. A construção de igrejas, escolas e obras sociais está indelevelmente marcada na trajetória paranaense da Congregação dos Padres Missionários da Consolata.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, de voto de louvor dirigido à Faculdade de Direito de Curitiba, pela criação do Grupo de Trabalho "Desembargador Francisco Cunha Pereira", com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Coordenador Geral, Victor Alberto Azzi Bonfim Marins; ao Ilustríssimo Senhor Diretor daquela instituição, Doutor Luiz Roberto Werner Rocha; e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Diretório Estudantil, Clotário Portugal; Maurício Dalbaran de Castro Ribas.

Mais do que nunca, os resultados que por certo virão da Assembléia Nacional Constituinte não se limitarão, sem nenhuma dúvida, apenas e tão somente à nova redação que será estabelecida, mas sobretudo na capacidade de todos os brasileiros em assegurar o cumprimento da nova legislação, que deve representar os verdadeiros anseios de transformação social, política e econômica.

Contudo, tais perspectivas só tornarão realidade à medida que, efetivamente, antes desse momento, houver a real consciência dos cidadãos no sentido de interferir, ativa e intransigentemente, só possível através da organização e conseqüente mobilização.

Neste sentido, a Faculdade de Direito, Instituição de conceito e tradição inabaláveis, vertedouro das mais ilustres figuras que estabelecem o Paraná já teve e continua a possuir, criou o Grupo de Trabalho "Desembargador Francisco Cunha Pereira", objetivando oferecer contribuições à Assembléia Nacional Constituinte. O referido Grupo, através de um Regimento Interno, contará com a participação de estudantes e professores que irão realizar pesquisas bibliográficas sobre matéria doutrinária e jurisprudencial; desenvolver pesquisas de campo (dialogando com juristas, autoridades, entidades de classe, associações e interessados em geral); estimular a participação de toda a comunidade acadêmica neste trabalho; promovendo encontros para debater sobre os temas propostos.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de requerer o justo e merecido registro na Ata da presente sessão àquela iniciativa, contribuição indispensável para a busca de soluções que tanto se espera.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, "data venia", à douta Mesa após ouvir o Plenário, seja inscrito nos Anais desta Casa de Legislação Estadual, votos de louvor à Igreja Adventista

Central de Curitiba, pelo transcurso de mais um aniversário de TELEPAZ. São quinze anos levando uma mensagem de Vida, Esperança, Amor e Paz àqueles que, ansiosos e bloqueados, buscando uma saída psicológica e espiritual, quando vêem as suas vidas sem nenhum sentido. TELEPAZ sempre tem alguém à disposição, um amigo oculto no telefone 222-4263 e através de seus dez ramais, ajudam cerca de mil e trezentas pessoas diariamente, com altruísmo insofismável, transmitindo-lhes um estofo moral e espiritual de proporções humanas incalculáveis.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Pastor Wady Bechara, Presidente da Igreja Adventista Central de Curitiba, na Rua Carlos de Carvalho, 400, nesta Capital, à Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, na Rua Brigadeiro Franco, 1275, desta Capital, e à União Sul da Igreja Adventista do Sétimo Dia, na Rua João Carlos de Souza Castro, 480, Jardim Guabirotuba, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. Jesus Sarrão, solicitando a implantação de um módulo policial no Bairro Vista Alegre, Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder do PFL.

JUSTIFICATIVA:

O Bairro Vista Alegre, nesta Capital, necessita de mais segurança. A criação de um módulo policial, ora solicitado, atenderá os interesses da população, vindo de encontro ao texto constitucional que reza ter o cidadão, direito à segurança. Existe, portanto, interesse público na medida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Sérgio Manoel Mastek Ramos, solicitando do mesmo, providências no sentido de viabilizar o ingresso, no Quadro de Assistência Religiosa da PMPR, de Pastor Evangélico e/ou formandos em teologia.

Por outro lado, caso não conste dos Quadros da PMPR tal atribuição, que seja feito estudo junto ao Chefe do Poder Executivo, Governador José Richa, no sentido da criação ou abertura de vagas para a função de Pastor Evangélico.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do BANESTADO – Banco do Estado do Paraná S.A., Dr. Nicolau Elias Abagge, através da Secretaria da Fazenda, solicitando do mesmo, providências no sentido da instalação de uma agência

daquele Banco, no município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora ANA MARIA MURATORI, Diretora Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação de um microônibus para uso escolar, ao município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

É grande o número de crianças que freqüentam os bancos escolares no município de Piraí do Sul.

Nos últimos anos, aumentou consideravelmente o ingresso de alunos, principalmente nas escolas da zona rural.

A dificuldade de transporte é notória, vez que a distância entre os estabelecimentos de ensino e as residências das crianças, torna-se muitas vezes, motivo de abandono aos cursos.

A difícil locomoção dos alunos gera intranquilidade aos pais, que reclamam, com razão, por uma assistência dos setores públicos.

O município de Piraí do Sul procura oferecer as melhores condições possíveis no setor da educação, mas não dispõe de verbas para adquirir um microônibus para uso escolar.

Considerando as ponderações de que outros municípios já foram atendidos em reivindicações similares, creio que esta solicitação possa ser viabilizada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de apoio para a construção e recuperação de várias pontes, na municipalidade de Araruna.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini Chefe do Executivo Municipal, afirma ser imprescindível o apoio dessa Secretaria de Estado, para a construção, assim como revitalização de pontes existentes em diversas estradas, a fim de permitir o seguro escoamento dos produtos agrícolas lá cultivados, que são a base de sustentação sócio-econômica da região.

Ademais, é importante lembrar que efetivamente o poder público municipal ararunense não dispõe, em seus cofres, recursos que possibilitem a execução da pretendida proposta de obras.

Portanto, faz-se necessário que haja a colaboração dessa Pasta, uma vez tratar-se de uma justa solicitação.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os alunos da Escola Estadual São Jorge, de São Jorge

do Patrocínio, cerca de mil e quinhentos estudantes, estão sendo obrigados a praticar educação física na rua, em virtude da falta de uma quadra poliesportiva, adequada à realização de exercícios físicos e prática desportiva.

Como se trata de aspecto fundamental no currículo escolar, pela contriuição que oferece para a formação do jovem e consciente da necessidade de resolver o problema, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma, providências e gestões junto aos demais órgãos da Administração Estadual, no sentido da construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual São Jorge, do município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente sunscribe, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a realização de pintura geral no Colégio Estadual Olavo Bilac, localizado na municipalidade de Peabiru.

A pintura existente naquele tradicional e conceituado estabelecimento de ensino peabiruense, pertencente à rede oficial, tem mais de vinte anos. Naturalmente, com todo este tempo, o desgaste já atingiu condições inadmissíveis, não apenas e tão somente no plano de estética, mas sobretudo no âmbito da própria higiene de suas instalações.

Ademais, vale dizer que tal reivindicação, além de ser feita pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Nelson Proença, é também desejo geral do conjunto da população.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no intuito da destinação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia localizada na municipalidade de Barbosa Ferraz.

Segundo o Ilustríssimo Senhor Mozart Silva, militante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Barbosa Ferraz, afirma existir uma série de problemas com relação ao setor policial, verificando-se um clima de insegurança junto à população, fruto da falta de melhor condição em termos de aparelhamento por parte daquele organismo.

Neste sentido, objetivando devolver a tranqüilidade aos cidadãos de Barbosa Ferraz, é de vital importância que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública viabilize a presente reivindicação.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da realização de reformas gerais nas instalações da Escola Estadual Luiz Deliberador - ensino de 1.º grau, localizada na municipalidade de Sertãoópolis.

O referido educandário, tradicional e de conceito, sendo um dos mais antigos do interior paranaense, justamente pela sua antigüidade, precisa receber, por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, um tratamento especial, no que diz respeito à pretendida realização de reformas gerais em suas instalações, devendo-se, sem nenhuma dúvida, considerar seus muitos aspectos culturais, já que a Escola Luiz Deliberador representa um marco dos mais importantes no processo desenvolvimentista vivenciado por Sertãoópolis.

Deste modo, pelos motivos apresentados, conforme reivindicação do Ilustríssimo Senhor Inspetor Estadual de Ensino Gustavo Ribeiro da Silva e da Ilustríssima Senhora Terezinha Fernandes de Araújo, Diretora da Escola, espera-se a adoção das medidas que se fizeram necessárias, objetivando garantir a concretização desta justa aspiração.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da construção de uma quadra poliesportiva no Colégio Estadual Campina da Lagoa - ensino de 1.º e 2.º Graus.

A disciplina de Educação Física, prevista como obrigatória, de acordo com a Lei n. 5.692, não vem sendo praticada no Colégio Estadual Campina da Lagoa. Tal situação, conforme relato do Excelentíssimo Senhor Jair José de Oliveira, só tem proporcionado inúmeros transtornos. Alunos não desenvolvem qualquer esporte, face a ausência de um local.

Ademais, vale dizer, segundo aquele citado Vereador de Campina da Lagoa, que a construção de uma cancha poliesportiva vem sendo há muito tempo pleiteada, desconhecendo qualquer perspectiva de tornar-se uma realidade.

Pelos motivos ora expostos, espera-se que essa Pasta dê o necessário encaminhamento ao que alude o presente requerimento, visto tratar-se, sem nenhuma dúvida, de uma justa aspiração.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial

dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a construção de uma sala para curativos junto ao posto de saúde existente na municipalidade de Quinta do Sol.

Objetivando permitir uma melhor estrutura no setor, no que diz respeito ao atendimento público à saúde dos cidadãos, notadamente aos mais carentes, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Solange Marques está a reivindicar a construção de uma sala para realização de curativos.

Para que a presente solicitação possa, efetivamente, tornar-se realidade, é indispensável a liberação de recursos orçamentários, por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo apoio na recuperação de diversas estradas existentes na municipalidade de Terra Boa.

Apresentando características de solo que permitem a fácil desagregação do mesmo, a região pertencente ao município de Terra Boa, em que pese os esforços da Administração local, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, enfrenta, constantemente, problemas relativos às condições de tráfego em suas estradas de leito natural, sendo que muitas delas, em dias chuvosos, não permitem a passagem de veículos.

Visando por em prática um plano rodoviário capaz de eliminar grande parte dos problemas, se faz necessário a colaboração dessa Secretaria de Estado, motivo pelo qual é apresentado este requerimento.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a destinação de materiais para o Colégio Estadual Carlos Gomes — Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na municipalidade de Ubatã.

Objetivando possibilitar um melhor funcionamento daquele educandário, assegurando conseqüentemente a elevação da qualidade de ensino, quanto a equipamentos, o Ilustríssimo Senhor Lauro Hryniewicz, Diretor, está a reivindicar, também em nome do professorado e do conjunto dos estudantes, o apoio dessa Pasta e Fundação para a liberação dos materiais.

Neste sentido, por tratar-se de uma justa solicitação, aguarda-se o pronto atendimento ao presente assunto.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando a criação de um convênio para atendimento odontológico junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança.

Devido sobretudo à característica de uma região calcada na produção agrícola, representando significativa parcela na economia paranaense, o município de Boa Esperança, assim como a sua região, se constitui de uma população naturalmente voltada para tal setor, sendo que grande parte formada por segmentos da classe do trabalhador rural.

Justamente por estes motivos, deve existir estruturas que estejam voltadas para dar condições de desenvolvimento pleno de Boa Esperança. No que diz respeito ao setor de assistência médico-hospitalar, é imprescindível que os trabalhadores rurais e seus dependentes recebam atendimento. Neste sentido, conforme proposta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, através do seu Presidente, Ilustríssimo Senhor Idelfonso Alves de Oliveira, o presente requerimento tem o intuito de que seja criado um convênio para atendimento odontológico junto daquela organização sindical.

Por certo que essa Secretaria de Estado estudará formas que possam viabilizar esta justa aspiração do laborioso povo trabalhador de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral do DETRAN — Departamento Nacional de Trânsito do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a designação de um guarda de trânsito para a municipalidade de Mariluz.

Não há dúvida de que, efetivamente, o município de Mariluz já comporta há muito tempo a presença de uma pessoa, a nível profissional para atender o trânsito da cidade, tanto é que já existia tal elemento.

Nos dias de hoje é possível sentir os transtornos existentes, por não se ter uma pessoa qualificada, sendo comum o desrespeito às leis do trânsito, tais como a condução de veículos por cidadãos não habilitados, o desenvolvimento de velocidade além do permitido, além da situação irregular de diversos veículos.

Por tratar-se de uma justa reivindicação, aliás de iniciativa do nobre Vereador Francisco Inácio Leite, aguarda-se, por parte desse Departamento e Secretaria de Estado, a adoção de medidas que possibilitem o que alude o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada, para o Distrito Administrativo de Luziana, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

Requerimento com tal propósito não é o primeiro a ser feito. Atendendo apelos diversos da comunidade residente naquele progressista Distrito Administrativo, apresentei solicitações para que essa Pasta acionasse mecanismos capazes de, efetivamente, dar condições para que a subdelegacia tenha condições de funcionar a altura das necessidades.

No entanto, a situação do setor não é nada diferente, ou melhor, piora à medida que providências não são tomadas.

Neste sentido, em novo apelo, feito pelas lideranças de Luziana, Ilustríssimos Senhores Olivo Gobi e Heitor Fin, cidadãos dos mais respeitados no Distrito, que concentram suas atividades na agricultura, além de vinculados a movimentos que visam o engrandecimento daquela sociedade, é de vital importância a destinação de uma viatura devidamente equipada, visto que a existente (ano 1979) não apresenta mais condições satisfatórias de uso.

Espera-se, portanto, que essa Pasta se sensibilize com o problema, determinando esforços para a solução do mesmo.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

RUBENS BUENO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da urgente liberação de carteiras para a Escola Estadual General Carneiro — Ensino de 1.º Grau, localizada na municipalidade de Roncador.

A iniciativa parte da Ilustríssima Senhora Iolanda Baldicera. Professora há muitos anos, na área de ciências, particularmente naquele conceituado e tradicional educandário roncadorenses, ela afirma ser da maior importância a destinação de novas carteiras escolares, visto que atualmente, diversos alunos matriculados no início do ano, não têm assento, ou mesmo pelo estado dos móveis existentes.

Pelos motivos aqui apresentados e por tratar-se de uma justa aspiração, aguarda-se o imprescindível apoio por parte dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a relevância das conclusões a que chegaram os participantes do Fórum de Debates sobre "IRRIGAÇÃO E REFLORESTAMENTO",

convocado por esta Casa de Leis e realizado nos dias 18 e 19 de março de 1986, REQUEREM a transcrição nos Anais desta Sessão, do referido documento de conclusões, após aprovado pelo Plenário desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(aa) NILSO SGUAREZI, MÁRIO PEREIRA,
ODENI MONGRUEL e PAULO FURIATTI

Projetos de Lei ;

PROJETO DE LEI Nº 48/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Isenta o pagamento de Contribuição Sanitária, proporcional à área construída de todas as entidades religiosas, conforme obriga a Lei n. 8.217, de 31 de dezembro de 1985, do Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação por serem entidades religiosas que, sem recursos financeiros próprios, são regidas com colaborações, doações, etc., que automaticamente são revertidas em prol de Assistência Social aos mais necessitados.

REQUER EM REGIME DE URGÊNCIA O REFERIDO PROJETO.

PROJETO DE LEI Nº 49/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O valor atribuído ao Diretor do CRE, na forma do Decreto n. 5871, de 08 de julho de 1985 é incorporado ao vencimento base do Cargo em Comissão Categoria "A", da estrutura da CRE.

Parágrafo Único - Os demais Cargos em Comissão da estrutura da CRE, terão a retribuição financeira conforme Tabela de Escalonamento Vertical de que trata o artigo 8.º, Anexo II, da Lei n. 8.069, de 28 de dezembro de 1984.

Art. 2.º - A gratificação de que trata o inciso III, do artigo 89, da Lei 7.051, de 06 de dezembro de 1978, paga por dedicação exclusiva, passa a ser denominada GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO - e seu percentual é elevado de um terço, perfazendo 100 por cento do "quantum" do vencimento do cargo efetivo ou do cargo em comissão atribuído ao funcionário da Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Parágrafo Único - Exceto quanto à alteração percentual e denominação de que trata este artigo, são mantidas as demais características e condições previstas nos artigos 43, parágrafo único, 44 §§ 2.º e 3.º, artigo 73, inciso I, artigos 75, 77, 78, 89 inciso III, 92, 97, 98, 99 § único, 100, 101, inciso VIII, 108, 121, e 133 da Lei 7.051, de 06 de dezembro de 1978.

Art. 3.º - Ao funcionário ocupante do Grupo Ocupacional "TAF" que contar com 10 (dez) anos ou mais, de exercício de Função Gratificada, e/ou Cargo em Comissão, é assegurada, como acervo pessoal, a percepção do vencimento do Cargo em Comissão de maior categoria ou símbolo, como as vantagens dele decorrentes, desde que

tenha exercido este cargo pelo mínimo de doze meses.

Art. 4.^o — A Lei n. 7051, de 06 de dezembro de 1978, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"I — O Art. 73, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único — quando a aposentadoria se der na forma do inciso II deste artigo, o funcionário ocupante do Grupo Ocupacional "TAF", terá o Prêmio de Produtividade integrado aos proventos de aposentadoria, calculado sobre a média dos percentuais produzidos nos três meses anteriores à protocolização do pedido, cuja média poderá ser calculada sobre o vencimento do cargo em comissão e gratificação de 100 por cento do "quantum" do vencimento assegurado, limitada a vantagem ao valor atribuído ao Diretor da CRE sob a mesma rubrica".

II — O Art. 122, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 122 — Os funcionários da CRE, circunscritos às hipóteses dos itens I e II do art. 121, farão jus à percepção das vantagens de exercício de que trata o § 2.^o do art. 44, calculados com base no vencimento do cargo que estiver exercendo, limitada a percepção das vantagens ao valor atribuído ao Diretor da CRE sob a mesma rubrica.

Parágrafo único — As disposições desta lei, são aplicáveis aos funcionários inativos da CRE, sendo que os artigos 73 e 122, da Lei n. 7051, de 06 de dezembro de 1978, com redação dada por esta lei aplicam-se, considerando-se como constante a relação entre os percentuais produzidos e os limites de percepção estabelecidos".

Art. 5.^o — Ficam revogados o art. 116 e seus parágrafos, da Lei n. 7051, de 06 de dezembro de 1978.

Art. 6.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

1. O elenco de medidas ora apresentadas à alta apreciação desse Conselho, objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7051, de 06 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado — CRE, bem como adotar outras providências pertinentes aos funcionários integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização "TAF".

A velocidade com que se processam as alterações na área econômica, particularmente quanto aos tributos nos países em desenvolvimento, impele a administração privada a uma constante especialização e atualização. Em contrapartida, ao funcionário fisco-arrecadador, a quem incumbe os encargos relacionados com a Coordenação, a programação e o exercício da tributação, da arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais e delegados, exige-se constante reciclagem de conhecimentos, cujo conteúdo programático excede à educação formal adquirida nas universidades.

Visa, portanto, a administração, fazer da lei — regime jurídico da CRE — um instrumento de estímulo aos seus funcionários e para si um instrumento de gerência.

Assim, passaremos à análise das alterações propostas:

Art. 1.^o — Objetiva transformar em vencimento o valor recebido a título de representação de gabinete, cuja gratificação paga pelo exercício transitório de uma função, com o decorrer do tempo e especialmente agora, para quem recebe é vencimento, jamais utilizado como representação.

Art. 2.^o — Trata-se da gratificação recebida por dedicação exclusiva, a exemplo de outras categorias funcionais, pela prestação de no mínimo 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho. Recebem esta gratificação todos os ocupantes de cargos DAS e outras categorias funcionais de estatuto próprio.

Art. 3.^o — Os funcionários da CRE sempre se ressentiram de um plano de carreira onde após o exercício de funções por determinado tempo passariam a perceber valor delas, o que não ocorre, colocando o detentor de cargo no âmbito da CRE em preocupação constante, pois uma vez galgados os mais altos e mais remunerados postos passa a viver o funcionário e sua família um novo padrão de vida, ameaçado de descontinuidade.

Nas outras classes funcionais isto não ocorre, o Juiz será sempre Juiz, o Promotor, o Coronel, o Procurador, o Engenheiro, da mesma forma nada sofrem com a destituição do cargo.

Ora, se um funcionário ficou dez anos ou mais em posição de chefia, nada mais justo do que lhe dar como acervo pessoal a retribuição definitiva pelo exercício do cargo, pois nada terá que provar para merecê-lo.

Art. 4.^o — Este artigo visa atender o funcionário que no momento da aposentadoria não esteja no exercício do cargo, já lhe assegurado como acervo pessoal. Situação singular pois poderá ter um vencimento e as vantagens serem calculadas por outro, hipótese que só ocorre na CRE, não havendo similar nas demais categorias funcionais.

A nova redação dada ao artigo 122 visa corrigir distorção hoje existente que ocorre na hipótese do funcionário ser convocado a prestar serviços na Governadoria ou no Gabinete do Senhor Secretário das Finanças, o que deveria ser um prêmio é considerado castigo, pois ao ser requisitado passará a receber as vantagens de seu cargo efetivo e não do cargo em comissão para o qual for nomeado.

A extensão destas medidas ao pessoal inativado é ato de justiça.

Finalmente, a revogação do artigo 116 vem de encontro aos anseios da classe, pois, foi medida que no tempo produziu seus efeitos. Hoje, é ato odioso punir o funcionário por antecipação, retirando-lhe oitenta por cento da remuneração, com consequências drásticas na economia familiar, quando, não raro, há o simples envolvimento sem culpa, e, se esta houvesse, a punição viria em forma de suspensão ou ainda em consequência desta à readaptação.

Vejam os senhores, que o funcionário, no caso, poderá ser punido três vezes pela mesma falta; a redução da remuneração, a suspensão e a readaptação ainda que se considere esta última como ato discricionário da administração.

Sendo o que nos parecia justo reportar, esperando ter acolhida total desse augusto Colegiado, subscrevemo-nos.

DESPESAS COM O ARTIGO 1.^o

Cargo	Categoria	Quantid.	Totais
Diretor	"A"	01	17.309.372
Inspetores Regionais	"B"	09	97.036.668
Assistente Técnico	"C"	42	327.409.650
Auxiliares Técnicos	"D"	37	106.175.050
Total			547.930.740

DESPESAS COM O ARTIGO 2.^o

Inativos	10.632.762.000
Ativos	13.676.229.000
Total	24.308.991.000
Custo 20%	4.861.798.200
Total	29.170.789.200

RESUMO DAS DESPESAS

Artigo Primeiro	Cr\$ 547.930.740
Artigo Segundo	Cr\$ 4.861.798.200
Total	Cr\$ 5.409.728.200
Aumento	22.25%

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno

Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Professores, cuja presença neste plenário, efetivamente, muito engrandece esta Casa de Leis. (Lê):

Senhores Deputados, ao lado de milhares de outros tantos professores paranaenses, sou também um pouco das inúmeras assembleias, passeatas, greves de protesto, humilhações sem conta, insinuações de enquadramento em supostas leis de segurança nacional e a inevitável recepção frente ao Palácio Iguaçu por todo um aparato militar, cassetetes, cães amestrados, agressões infames e aprisionamentos de companheiros. É por isso que não só por um dever de justiça, como também de elementar respeito aos sacrifícios, lágrimas e ultrajes à militância anônima do magistério paranaense, que precisa ser havido como intocável a manutenção do piso salarial de 2.2 da categoria inicial da carreira. Foi esta uma pequena conquista - é verdade - mas ao menos afigura-se ao professor como um referencial de esperança na trajetória a que tentaram condená-lo rumo à proletarização da classe.

Onde é que está o amanhecer de um novo dia para a Educação no decantado estágio de após Lei Calmon? Que mudanças práticas havidas na Educação ocorreram? Até quando haverá de persistir a retórica da Educação celebrada como vanguarda do processo de reconstrução nacional, quando o titular dela vive o repetido pesadelo de outra vez emaranhar-se nos escombros de ínfimos salários?

Não. O piso salarial inicial do professor PA-1 em Cz\$... ... 1.768,80 não pode ser objeto de vacilação ou queda. A manutenção deste suporte faz parte da própria continuidade do senso de respeito com que deve ser tratado o professor. Se por um lado, muito representou para o magistério a resposta a muitas de nossas antigas bandeiras, como o reajuste semestral, o décimo-terceiro salário, a estabilidade aos professores injustiçados por medida governamental que os discriminou em 1979, o enquadramento por antiguidade aos professores inativos antes da regulamentação do Estatuto do Magistério, o descongelamento das aulas extraordinárias na aposentadoria e a eleição direta para Diretores Escolares, devemos reconhecer que ainda hoje prosseguem penalizando-se nas estradas muitos professores concursados em 1979, que chamados foram para suprimentos de cargos. Particularmente, penso que a proposta do Regime Diferenciado de Trabalho com hora-atividade haveria de marcar um ponto final às contradições freqüentes não apenas para o exercício, como também para a própria aposentadoria do professor.

Que os entulhos sejam removidos. Que os professores do Paraná, pais de alunos, funcionários e estudantes nos ajudem a escrever a Carta Constituinte da Educação Paranaense, mas que todos a possamos abrir, selando-a com a inviolabilidade fundamental de que DIREITO CONQUISTADO PRECISA SER DIREITO PARA SEMPRE".

Era o que tínhamos para falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Jorge Maia Filho, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres Professores aqui presentes.

Como é bonito, mas é enganoso, vermos e ouvirmos hoje Deputado do PMDB ocupar aquela tribuna e passar a defender os Srs. Professores. Podemos recordar como é vergonhoso e como foi vergonhosa a retirada dos Srs. Deputados do PMDB do plenário, na quarta-feira passada, para votar o projeto que daria o aumento salarial ao funcionalismo.

Ocupo este microfone para fazer um apelo em nome do PFL, que aqui está com todos os Deputados, para que os Srs. Deputados do PMDB, partido do Governo, continuem com assento nesta Casa até o final da sessão, para que possamos votar uma emenda que dá o piso salarial aos Srs. Professores.

Srs. Professores aqui presentes, tenho a obrigação de lhes fazer um alerta. Muitos debates os Senhores verão nesta Casa hoje. Muitas críticas irão ao passado. Temos certeza que nós seremos hoje criticados pelos Deputados do PMDB.

Mas, isto tudo será em vão. Isto tudo só terá validade se os Srs. Deputados do PMDB ficarem em plenário para votar a emenda do piso salarial aos Srs. Professores.

Quero dizer que o PFL, - ao qual represento como Líder neste momento, vem de público, sem olhar ao passado, olhando apenas o presente e o futuro, dar o seu apoio a esta classe que começa a mobilizar-se por todo o Estado do Paraná, para tentar ficar com a reivindicação justa apenas, conseguida durante todos os anos de sua existência. (Palmas).

Onde está o PMDB, palanqueiros de comércio, que prometiam três pisos salariais e hoje estão abaixando para 1.7 para os Srs. Professores ... (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — (Faz soar os tímpanos).

A Mesa adverte as pessoas aqui presentes para o Artigo 119: "Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembleia".

A Mesa pede silêncio e adverte que suspenderá a sessão se houver perturbação da ordem. (Vaia).

Continua com a palavra o nobre Deputado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, peço que o PMDB seja da Democracia Participativa. E Vossa Excelência abra uma exceção. Deixe aplaudir quem merece aplausos e deixe vaiar quem merece apupos ... (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A sessão está suspensa por cinco minutos.

(É suspensa a sessão por cinco minutos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito, para o Pequeno Expediente.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu sou um Deputado Estadual do PMDB e como Deputado Estadual do PMDB, cumprindo programa partidário, entendo que o piso salarial dos professores não pode ser alterado.

Assim como eu tenho absoluta convicção que vários companheiros do PMDB assim pensam, porque não é mais possível nos distanciarmos do discurso político e da prática partidária, para nos escondermos perante a opinião pública, quando as coisas e as informações do Governo não estão exatamente corretas.

Entendo que a luta pelo trabalhador, a luta pelo piso salarial, é uma luta conquistada e entendo mais, que se o pacote implantado pelo Governo Federal for exatamente o pacote do discurso do Governo Federal, não é possível faltar recursos financeiros ao Governo para manter o piso salarial, porque

a promessa do Governo Federal de que o pacote implantado não é recessivo e se não é recessivo, não podem ter prejuízos salariais as classes que têm piso de 2,2 salários-mínimos que é um piso inclusive baixo e fora da proposta de palanque, que era de três salários-mínimos.

Entendo de que alguma coisa errada existe neste aspecto, de um lado um pacote dito pelo Governo Federal que não é recessivo e que visa sobretudo atender a classe trabalhadora, de outro lado, nas medidas práticas vem o Governo Estadual, através do Governador, informar de que não pode dar o piso porque a arrecadação será menor.

Ou o pacote é um blefe contra o trabalhador, o que eu não acredito, porque não pode ser um blefe contra o trabalhador ou as informações não estão corretas.

Tenho aqui em mãos, o artigo da "Folha de São Paulo", dizendo que as vendas do comércio cresceram 10 por cento este ano em valores reais. Ora, se as vendas do comércio cresceram 10 por cento em valores reais, se a população está mais do que nunca pedindo notas fiscais a cada dia para garantir os seus direitos, é lógico que o ICM deverá crescer no Estado do Paraná.

Gostaria muito que viessem dados concretos de o porquê, que diz que o Governo não tem dinheiro. O Governo deve ter dinheiro, a União teve receita de 18 por cento em janeiro e fevereiro, receita real a mais do que no ano passado. O que nós não podemos mais, é fingir que não existem propostas partidárias, é fingir que não estamos ao lado do trabalhador, é fingir ou usar o palanque no sentido de desmistificar as propostas de palanques na prática diária.

Agora, é importante meus caros professores, esclarecer aqui, que esta discussão entre PMDB, PFL, PDS, PDT, ela não deve polarizar, porque Deputados do PMDB estão ao lado dos professores para votar e é importante também esclarecer, de que esta Assembléia possui 58 Deputados e para aprovação do pedido que os professores fizeram, nós precisamos de 30 Deputados aqui dentro, votando ao lado dos professores.

Esta é uma questão de decisão pessoal, mas entendo que não devemos levar esta questão no sentido partidário, porque os professores estão aqui para verificar quais são os Deputados que votarão a favor de uma conquista salarial e quais são os Deputados que votarão contra a conquista salarial dos trabalhadores e depois usarão a televisão e os palanques desta campanha eleitoral para defender estes mesmos trabalhadores.

Existem aqueles que fazem o discurso para não realizá-lo na prática, é este tipo de comportamento político que nós entendemos o mais correto. Os professores não podem arrear o pé de uma conquista, conquistada em 1981, por um Governo que perdeu as eleições, mas lhe deu esta conquista, não pode agora perder esta conquista para um Governo eleito democraticamente em 1982 e que tem no seu programa partidário em primeiro lugar a defesa do trabalhador.

São estas as palavras que eu quero dizer e de público dizer, que o meu voto é pela manutenção dos ganhos salariais dos professores e dos trabalhadores, e acredito que não esteja longe do pacote do Governo, porque se o pacote do Governo, o pacote econômico implantado não for para atender os trabalhadores ele não merece o nosso respeito.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está interessante o debate nesta Casa de Leis, a respeito de uma luta, a mais justa já desenvolvida pelos nobres Professores do Paraná.

Certamente que alguns visitantes que não sejam professores, devem estar estranhando que o assunto seja tão calorosamente debatido na tribuna daqui, na tribuna de lá, por Deputados das várias agremiações, todos dizendo que são a favor, o Governo dizendo que é a favor, o Governador José Richa dizendo que é a favor, a Secretária Gilda Poli dizendo que é a favor. A impressão que dá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que os professores é que estão aqui, para pedir "por favor", a nós Deputados, para não aprovarmos três salários de piso, nem 2,2, para manter o 1,7.

Já se falou muito bem que o objetivo do pacote econômico do Governo da Nova República, e que tem o meu apoio, o apoio do PDT do Paraná, esse pacote foi recebido pela população brasileira, como uma medida visando melhorar o nível de vida de nosso povo; esse pacote veio para aliviar um pouco os transtornos da classe trabalhadora do nosso Brasil, que estava totalmente asfixiada por uma inflação galopante, que subia a cada semana no supermercado, na farmácia, na loja e nos próprios órgãos do Governo, porque o próprio Governo começou e gostou do maldito vício de mensalmente, subir a conta de telefone, a conta de água, a conta de luz, as taxas de serviço público, e chegou a um ponto tal, que o Governo, sempre na frente, como carro chefe da inflação, se viu na contingência de baixar o pacote econômico que recebeu o aplauso do povo brasileiro. Mas não pode, o nosso professor do Paraná, pagar por um crime que ele não cometeu, como se fosse o Professor paranaense o responsável pela dívida de mais de 100 bilhões de dólares de nosso Brasil.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que o professor ganha um salário miserável. Eu já vi em repartição pública de Curitiba, até faxineiro, que chega a ganhar mais de 2 mil cruzados por mês; já vi gente servindo cafezinho em repartição pública, trabalhando quando quer, ganhando mais de 3 mil cruzados por mês; e quando vemos o professor até se acomodando, e talvez merecesse até uma crítica por ter-se acomodado, porque José Richa, o candidato, o político, o Senador José Richa - eu vi muitas vezes o candidato Senador José Richa à greve de professores, falar na televisão, no jornal, em praça pública, para jurar, para garantir, que ele, Governador do Paraná, acabaria com a injustiça contra o nosso professorado e a partir do primeiro mês que ele assumisse o mandato de Governador, o professor passaria a receber 3 salários de piso. e ainda dizia Richa nas concentrações de professores, eu sei que três salários ainda é um piso pequeno, mas é o que eu farei logo que tomar posse.

Então, hoje, Sr. Presidente, os professores poderiam estar aqui a exigir, a cobrar o cumprimento da promessa do Governador José Richa que não paga os três pisos, mas é o

Governador do Paraná que mais dá dinheiro para a imprensa, que investe em publicidade, que investe em avião à jato e não dá aquilo que o professor tem direito.

Por isso, Sr. Presidente, quero pedir a Vossa Excelência como já foi feito aqui por Marcos Freire, com Ministros, com homens do Governo, que vieram a esta Casa e Vossa Excelência deu a palavra para essas autoridades subirem à tribuna, eu quero propôr, Sr. Presidente, através de expediente, que o Presidente da Associação dos Professores Paulo Maia seja convocado para falar por quinze minutos a esta Casa, para expor as razões que levam o professorado a se mobilizar. E se o Governador negar-se a pagar um pouco do que prometeu, os professores embora a contragosto, farão uma greve em nosso Paraná e terão apoio do PDT e de muitos Deputados desta Casa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já falou o Líder da nossa Bancada, Deputado Jorge Maia Filho a respeito dessa importante questão, que é a remuneração condigna dos professores que têm contribuído com tanto valor para que o nosso Estado viesse a ser um Estado forte, um Estado pujante, o que hoje verificamos.

Estaremos presentes até o final da sessão para dar o nosso voto em favor desta classe, a qual temos a honra também de pertencer, lembrando que bastam 30 Srs. Deputados em plenário, e dos 30 se 16 votarem favoravelmente estará aprovada a mensagem e estará aprovada a emenda também.

Esperamos, portanto, que haja por parte da Bancada do PMDB a presença, mesmo que votem contra, mas a presença para que seja possível decidir esta questão que é de tanta importância para todos nós.

Mas, gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de registrar, nesta oportunidade, a comemoração do 293.^o aniversário da Cidade de Curitiba, cidade que temos a honra de ser um dos representantes nesta Casa de Leis. E lembrar que Curitiba alcançou este nível de progresso, graças ao trabalho de muitos que acreditaram nesta cidade - de urbanistas, que fizeram a sua parte, de administradores, de comerciantes, de professores, de estudantes e de trabalhadores em geral.

Esses 293 anos representam para a Capital do Estado do Paraná um tento de vitória que deve ser considerado por todos aqueles que se preocupam com a qualidade de vida como um dos marcos para ser exportado, inclusive para outras nações.

Quanto vieram buscar em Curitiba o modelo para a implantação de novas obras urbanistas, não apenas no Estado do Paraná, mas também de todo o Brasil e de várias cidades do mundo.

Orgulhamo-nos por ser um dos que labutam na Cidade de Curitiba e fazemos votos de que, através do trabalho consciente e do esforço de todos, possamos alcançar posições ainda melhores para o bem de todos nós e para o progresso da nossa Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente. Não havendo oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Partido da Frente Liberal.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez não vá, de forma alguma, ocupar todo o tempo em que o Partido da Frente Liberal tem direito a este horário.

Apenas para fazer um alerta aos Srs. Professores, e fazer um pedido à Bancada do PMDB, que todos nós, Deputados, somos cômicos de nossas responsabilidades, todos nós temos as nossas obrigações e não podemos ficar, da maneira que ficamos na semana que passou, de 2.^a na dependência de 4.^a na dependência de 2.^a, para podermos votar uma matéria. É justo e é natural, que o Partido da Situação do Governo já sabe a posição que vai tomar com referência ao aumento ou não do piso salarial, e eu quero vir aqui, em nome dos Srs. Professores que vieram até aqui, em caravana do interior, pedir, aos Srs. Deputados do PMDB e dos outros partidos, que se posicionem hoje, ou favorável ou contra, ao projeto que dá aumento ao funcionalismo. Todos nós temos as nossas obrigações, todos nós temos as nossas responsabilidades, não podemos ficar servindo de joguete, em adiamentos de sessões, em esvaziamento de plenário, em pronunciamentos bonitos e votos contrários; nós temos que ser, neste ponto, apenas

lembrando das obrigações assumidas pelo PMDB na campanha eleitoral, com os Srs. Professores do Estado do Paraná. Está gravado nas notas taquigráficas, desta Casa, que nós, da Oposição, desde a abertura destes trabalhos, há 3 anos passados, estamos chamando a atenção do Sr. Governador do Estado, para que acabe com as verbas de representação dos Gabinetes dos Srs. Secretários e dos Diretores de autarquias, nós estamos alertando ao Sr. Governador, para que fique atento à corrupção dos dólares, no Banco do Paraguai e na Secretaria da Fazenda anterior, nós temos alertado ao Sr. Governador que não era justo dar 250 DAS para o Palácio Iguaçu, a 16 milhões cada um, nós estamos chamando atenção do Sr. Governador, para que tenha controle total deste Estado, para que não venha agora, na época de política, fazer as suas contratações, apaniguadas para as eleições, nós estamos fazendo todas as chamadas de atenção, porque sabemos, pela maneira com que ia o orçamento, chegaria, no fim do Governo, quando poderia dar uma suplementação de verba para manter o piso dos Srs. Professores, o Governo estaria comprometido por uma má gestão feita nestes três anos de Governo. Nós estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedindo em nome do Partido da Frente Liberal, para que todos os Deputados tenham hoje, a sua postura. A sua postura de voto e principalmente de consciência, em votarmos uma emenda de um Deputado do PMDB, do Deputado Djalma de Almeida César, que fez uma correção no aumento do funcionalismo, e que dá o piso salarial aos Srs. Professores. Nós não estamos vendo um partido, nós estamos na realidade tentando defender também o interesse dos Srs. Professores.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Jorge Maia, primeiro, que o PMDB não adota prática antiga do PDS, que antes de votar uma matéria já se sabia qual a posição que iria tomar. Nós parlamentares do PMDB aprendemos na militância política assumindo uma própria personalidade.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu não estou acusando, nobre Deputado, estou pedindo para que os Deputados permaneçam. Vossa Excelência está invertendo meu pronunciamento, nobre Deputado, eu estou pedindo aos Srs. Deputados que permaneçam no plenário e deem a sua posição, como Deputado, como cidadão, e principalmente, uma posição de consciência.

O Sr. Tadeu França — Segundo, não são ausência eventuais em plenário, em motivos de comemorações de atos religiosos que param com o comportamento de qualquer Deputado. Nós somos presença em todas as lutas do magistério do Paraná. Nós é que indagamos ... (discurso paralelo)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está com a palavra o Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Não foram porque quarta-feira passada Vossas Excelências fugiram do Plenário. Então se Vossas Excelências estiveram na campanha ao lado dos Srs. Professores, nas greves ao lado dos Srs. Professores, eu concordo com Vossa Excelência, não discordo. Mas, na hora da realidade, na hora de manter o piso salarial aos Srs. Professores, o PMDB retirou-se do plenário para que não desse quorum na semana passada. Não estamos aqui, Sr. Deputado, vendo o passado, não estamos aqui desenterrando defuntos, estamos vendo a realidade, e a realidade é o hoje, e o hoje é a votação para o piso salarial de 2.2. aos Srs. Professores do Paraná.

O Sr. Tadeu França — O PMDB não é um, não é dois, não é dez, somos nós. Estamos sendo bem claros, votaremos por um direito assegurado ao Sr. Professor do Paraná. Agora, nós é que perguntamos, onde é que estão os defensores de hoje, quando ontem o professor era preso, achincalhado ... (discurso parapelo)

O Sr. Jorge Maia Filho — O problema é outro, não estou com o passado, eu defendo esta Casa porque é meu primeiro ano de mandato. Não estou aqui para desenterrar defunto, mas sim para ressuscitar os presentes. Não adianta Vossa Excelência falar do passado, eu quero que Vossa Excelência mantenha a postura de Deputado, defensor dos Srs. Professores e vote favorável ao piso de 2.2.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, quero parabenizar Vossa Excelência porque hoje Vossa Excelência passa a ser um aliado dos professores, quando até então não ocorria.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Vossa Excelência não prova isso. Vossa Excelência está me caluniando.

Eu até agora não ofendi e não lancei calúnias, e Vossa Excelência está me caluniando, porque desde o começo eu estou aqui firme, e só eu e Deus sabemos em que condições estou aqui, porque quem sabe dos meus problemas, sabe que eu não poderia estar aqui. Mas, aqui estou, nobre Deputado, e para que Vossa Excelência fique sabendo, estou aqui apesar de meu pai estar na beira da morte na minha cidade, eu o deixei no leito do hospital porque tinha um compromisso com o Presidente da APP que viria aqui defender os Srs. Professores, e quia estou, nunca lhe faltei, Sr. Deputado.

O Sr. Rubens Bueno — Mais uma vez, Vossa Excelência está de parabéns.

Vossa Excelência está aqui hoje ao lado dos professores.

É salutar, porque veja bem Vossa Excelência, o Deputado Ezequias Losso foi a pouco à tribuna e disse que de 30 Deputados, 16 daria ganho de causa às propostas do Deputado Luiz Alberto, e à proposta do Deputado Airton Cordeiro, com o que nós concordamos plenamente. Só que na última sessão, pela chamada nominal, tinha somente 29 Deputados. A chamada nominal está aí, a ata está aí.

Interessante que no partido de Vossa Excelência tinha apenas 5 Deputados registrados na ata oficial. Veja Vossa Excelência, mas está na ata oficial que Vossa Excelência acabou de aprovar hoje.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Havia 6 Deputados na leitura, na discussão e aprovação da ata. Os outros Deputados estavam nos gabinetes, porque haveria ainda o Pequeno

E expediente, e o Horário das Lideranças para as discussões dos projetos. Vossa Excelência não pode, de forma alguma, afirmar que os Deputados da Frente Liberal não estavam presentes porque estavam, e aqui eu empenho a minha palavra.

Conversas paralelas ...

O Sr. Rubens Bueno — Portanto, a maioria da Bancada de Vossa Excelência faltou à reunião de aprovação ...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Que usaram o artifício de interromper a sessão na leitura da ata.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência não pode dizer isto de maneira alguma.

A lista de presença da chamada nominal está aí. Quem requereu chamada nominal fomos nós, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati — Sr. Presidente, há um orador na tribuna e eu pediria a Vossa Excelência que está comandando os trabalhos que, por gentileza, assegurasse o direito de palavra ao ilustre parlamentar.

O Sr. Rubens Bueno — Eu gostaria, Deputado Jorge Maia, que o Plenário pudesse exatamente acompanhar o debate e os fatos de acordo como eles aconteceram.

Eu quero fazer a leitura da ata ...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Não adianta, com este artifício ...

Na discussão da ata normalmente os Deputados estão nos gabinetes, nobre Deputado. É o artifício de que todos os partidos usam, na discussão e aprovação da ata, quando os Srs. Deputados ainda estão nos gabinetes. Faz-se a chamada nominal, mas para que Vossa Excelência fique tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra à Representação do Partido Comunista. Não se encontrando presente a Representação do Partido Comunista, concedo a palavra à Representação do PDT.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, para ceder o Horário do PDT ao ilustre Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Nobre Deputado Rubens Bueno. Primeiramente, agradecer à Liderança do PDT, Deputado Antônio Belinati, que nos deu um tempo a mais para que pudéssemos esclarecer o que houve na sessão passada.

Nobre Deputado Rubens Bueno, dou a Vossa Excelência o tempo para que leia o necessário da ata, e não a ata toda.

O SR. RUBENS BUENO — Pois não, vou ler o necessário.

Solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados. Responderam, 17 Senhores Deputados do PMDB, 6 da Frente Liberal, os demais eu ainda não sei nem a situação como está perante a Mesa oficialmente para esclarecer bem a Vossa Excelência, porque é um tal de mudar de partido da noite para o dia aqui, que ninguém mais sabe quem é quem, infelizmente. E responderam à chamada 29 Senhores Deputados, não havia quorum para deliberação na votação da matéria e sim conforme o Deputado Ezequias Losso esclareceu ainda hoje em plenário. E cito, da Frente Liberal, os Senhores Deputados Ezequias Losso, Basílio Zarusso, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert e Jorge Maia Filho; do PDT, o Senhor Deputado Antônio Belinati; os demais, Erondy Silvério, Leônidas Chaves, Luiz Alberto, Wilson Fortes e Márcio Almeida. Esses eram os Deputados presentes, além dos 17 do PMDB.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Queria perguntar duas coisas a Vossa Excelência: numericamente falando, a Frente Liberal estava com mais de 50 por cento da sua bancada; a do PMDB, numericamente falando, também estava com 50 por cento da sua bancada. Agora, eu não entendo o porquê, na verificação de votação, os Deputados do PMDB se retiraram do plenário e não entendo também, nobre Deputado, o porquê que o PMDB pediu verificação de votação logo na discussão da ata. Então, Vossa Excelência ...

O Sr. Rubens Bueno — É para moralizar este Poder da presença dos Deputados em plenário ...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu dei o aparte a Vossa Excelência, e eu o ouvi. Peço agora que Vossa Excelência

me ouça, e toda vez que Vossa Excelência pedir o aparte, eu darei, mas peço que me ouça.

O Sr. Rubens Bueno — É que não queremos aqui ausência remunerada nesta Casa em plenário: nós queremos a presença.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu pergunto a Vossa Excelência: por que só agora, por que só na quarta-feira quando tinha o projeto dos professores Vossas Excelências pediram chamada nominal? Por que não fizeram isso nos três anos passados? Vossa Excelência vem falar em moralização, de não presença, por que não fizeram nos três anos passados?

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência me permite um minutinho. No dia anterior, Vossa Excelência pediu também verificação de votação porque estava sendo votada a CPI da Corrupção, a qual Vossa Excelência não quer que seja aprovada.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu estou dando todos os apartes necessários. Eu estou cumprindo com a minha ação democrática nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa assegura a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho e solicita aos Srs. Deputados que queiram apartá-lo que solicitem licença para fazê-lo.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu quero lembrar, nobre Deputado Rubens Bueno, que na segunda-feira houve um acordo de cavalheiros entre todas as lideranças de todos os partidos, presenciada pelo Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Sr. Paulo Maia, e que a Liderança do Governo comprometia-se que na quarta-feira viriam com as soluções já arrumadas para ser votado na quarta-feira o projeto do piso salarial dos Srs. Professores.

Nós sabemos que na reunião de bancada com o Senhor Governador e os Senhores Secretários, não foi possível o comprometimento do Governo para com o piso salarial, e então Vossas Excelências usaram do artifício de esvaziar o plenário para não votarem, sendo que o mais honesto e o mais bonito e o que pregavam nos palanques públicos seriam Vossas Excelências ficarem aqui e votarem nem que fosse contrário ao piso, mas virem aqui dar o seu testemunho perante o professorado. É isto que eu estou reclamando e o que eu venho a propor em nome do Partido da Frente Liberal, e talvez em nome do PDT, que me deu este horário, para que fiquem os Srs. Deputados em plenário, e nós da Oposição para que possamos votar, derrotar ou aprovar esse projeto. Eu peço o bom senso de Vossas Excelências ...

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Jorge Maia Filho, eu não quero dizer que Vossa Excelência está sendo injusto porque na última presença aqui constam 29 Srs. Deputados. Como Vossa Excelência generaliza o problema, está colocando em dúvida a presença dos outros 29 Srs. Deputados, inclusive a ausência de votação em plenário. Se Vossa Excelência pudesse identificar, eu gostaria, porque inclusive os professores ficariam sabendo e as lideranças do professorado do Paraná.

Então, quero dizer a Vossa Excelência que acusar Vossa Excelência de sair do plenário, de fugir da votação em plenário, eu gostaria que Vossa Excelência qualificasse.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Então, peço a Vossa Excelência para fazermos um pacto, que na sessão de hoje não haverá verificação de votação nem chamada nominal. Iremos direto para votação do projeto. Esse pacto eu proponho a todas as

bancadas que têm assento nesta Casa.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Apenas para um esclarecimento. O Regimento Interno da Assembléia Legislativa estabelece que para o funcionamento das sessões, serão necessários 20 Srs. Deputados em plenário. Quando foi feita a chamada nominal, estavam presentes 24 Srs. Deputados. Feita a verificação de votação, estavam presentes no Plenário 17, porque houve a saída de, pelo menos, 7 Deputados do plenário que responderam à chamada, mas que se retiraram em seguida. É apenas para esse esclarecimento.

O Sr. Rubens Bueno — Resta saber se é da Frente Liberal ou de qual partido político.

O SR. JORGE MAIA FILHO — O aparte está com o Sr. Deputado Ezequias Losso. Eu darei aparte a Vossa Excelência. Acalme-se, nobre Deputado.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Jorge Maia Filho. Vossa Excelência é que está nervoso.

O Sr. Ezequias Losso — Para a Ordem do Dia são necessários 30 Srs. Deputados. Mas por que é que não se permitiu o funcionamento da Assembléia Legislativa, desde logo, na hora em que a ata devia ser votada e a ata pode ser votada por 20 Srs. Deputados presentes em plenário. Então, como disse Vossa Excelência, foi um artifício para acabar com a sessão.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Deputado, Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Já concedo, com todo o prazer. Isso, nobre Deputado, é o que eu estava tentando dizer ao nobre Deputado Rubens Bueno, que foi usado um artifício. Vamos esquecer a semana passada. Vamos fazer um pacto de Lideranças, de que não haja verificação de votação e nem chamada nominal.

O Sr. Rubens Bueno — Veja bem Vossa Excelência. Eu não sou líder de bancada. A minha posição é clara com relação ao 2.2 de piso salarial. Sempre foi clara e não tenho porque ficar agora devendo favor a esta ou aquela Liderança. A minha posição é clara com relação a isso. Agora, não vou à tribuna, mudar de opinião da noite para o dia e fazer demagogia com os professores.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Gostaria, inicialmente, de parabenizar Vossa Excelência, primeiro porque defendeu, no Horário da Liderança do seu Partido. Segundo, que usa de outro Horário de Liderança para defender os Srs. Professores do Paraná. Acho isso um ato digno de Vossa Excelência, mas gostaria de lembrar, Deputado, quando Vossa Excelência anteriormente, na tribuna, perguntava aonde está o PMDB? O PMDB está aqui na Assembléia Legislativa do Estado. Trabalhando desde 1982 pelos interesses sociais do Estado. Nós não tomamos medidas precipitadas. Vossa Excelência talvez não tenha culpa do passado, porque alegou há poucos instantes, que é o seu primeiro mandato nesta Casa. Nós não podemos pagar pelo erro do passado. Nós, do PMDB, estamos consertando aquilo que destruíram durante 20 anos. Vossa Excelência ...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Vossa Excelência está dizendo tudo o que o Deputado Tadeu França já disse e nós não estamos nos atendo ao passado. Temos que nos ater ao presente

e ao futuro. Não é justo ...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Permita-me concluir, Deputado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Permito. Só terminar o meu contra-aparte a Vossa Excelência. Não é justo que o PMDB que apregoeou os três pisos salariais aos professores, esteja hoje compactuando para que o piso venha para 1.7. Não é justo. Eu sei que Vossa Excelência responde pela Vice-Liderança do Partido do Governo, e que na quarta-feira Vossa Excelência também foi veemente no defender a retirada do projeto, dizendo que os compromissos assumidos pelo vosso partido na Assembléia seriam referendados pelo Sr. Governador. Esses compromissos Vossas Excelências assumiram na quarta-feira passada. Não cumpriram, porque o Sr. Governador não referendou. Então, peço a Vossa Excelência, como Vice-Líder do Governo, que faça um pacto com todas as bancadas. Não façamos chamadas nominais, não façamos verificação de quorum e vamos votar o projeto de aumento do funcionalismo.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me permite? Eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência que na terça-feira eu pedi à Mesa que registrasse em ata o meu posicionamento com relação aos salários dos professores, e eu gostaria que Vossa Excelência nominasse os Deputados do PMDB que estão contra. Na verdade, Vossa Excelência ...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu não estou nominando ninguém, nobre Deputado. Eu estou pedindo um compromisso com a Bancada do PMDB. Vossa Excelência está querendo me levar à exaustão de pedidos. Mas, vou continuar pedindo, porque quem precisa, precisa pedir. E estou pedindo pelos Srs. Professores, vamos fazer um pacto de cavalheiros entre as bancadas. Não vamos fazer verificação de votação, nem chamada nominal. Não interessa quem está contra e quem está a favor. Interessa que este Poder tem o direito adquirido por estes professores que aí estão.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência permite-me um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Não vamos ver partidos. Vamos ver o interesse dos Srs. Professores.

O Sr. Rubens Bueno — Permite mais um aparte? (Assentimento).
Veja bem, Vossa Excelência está pedindo que não se faça chamada nominal. Vossa Excelência tem alguém a esconder a ausência no plenário, do PFL? Nós do PMDB, não. Se não der quorum, fazemos chamada nominal e os ausentes que respondam pela ausência ...
(Discursos paralelos).

O SR. JORGE MAIA FILHO — Então, quero que tenham, pelo menos, a posição cavalheiresca de dizer aos Srs. Professores e a nós que não irão votar o projeto, ou que irão derrotar a emenda do piso salarial 2.2. É isto que venho pedir a Vossa Excelência. Não adianta fazer artifícios de bancadas. Não adianta pedir, fazer chamada nominal, todos os Srs. Deputados responderam e se retiraram do plenário na hora de verificação de votação.

Peço a Vossa Excelência que sempre foi correto em seus pronunciamentos ...

O Sr. Rubens Bueno — Deve ser da Frente Liberal, porque do nosso partido não se retiraram de plenário.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Nós aguardamos e acreditamos no bom senso do Governo que irão permanecer no plenário para fazer a votação da emenda 2.2. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está encerrado o Horário do PDT.
Concedo a palavra à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente. Agradeço ao eminente Deputado Anibal Khury e consulto Vossa Excelência se vai ou não proceder de acordo com a praxe tradicional dos trabalhos desta Assembléia, dando a palavra à Representação do partido que por último usou da palavra no Pequeno Expediente ...
Anteriormente à presença do nobre Deputado Ezequias Losso, ocupou em nome do PMDB, no Horário do Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Paulo Furiatti. Em consequência, solicito a Vossa Excelência que antes de ceder o Horário da Liderança do PDS, faça-o à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Diz o Artigo 73, inciso 2.º: "Os sessenta minutos finais, divididos equitativamente, serão atribuídos aos líderes, cabendo o uso inicial de palavra àquele que pertencer à bancada do orador antecedente.

Está correta a anotação do serviço auxiliar da Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não estamos aqui, hoje, lamentavelmente, não estamos presentes, para que pudéssemos ver e ouvir com o respaldo da sociedade paranaense, o Governador José Richa transformar em realidade aquilo que pregou em campanha eleitoral.

Não estamos aqui, homens de todos os partidos políticos, para ver este Poder Legislativo transformar em lei aquilo que José Richa enviou como carta e testemunhou como candidato em 1982.

Lamentavelmente, aqui não está o Paraná para aplaudir a conquista de três pisos salariais e nós sabemos que homem público honesto, que homem público honrado, é aquele que resgata os compromissos de campanha eleitoral. O administrador sério, íntegro e competente, é aquele que em palácio faz aquilo que prega em praça pública e hoje estamos discutindo o quê? Uma conquista consagrada do professorado do Paraná, que não deve esta conquista a Governo anterior, mas que foi conquistada na luta do professorado do Paraná, luta antiga que começou no Paraná com a implantação do primeiro estatuto do magistério e que se desenrolou em diversas etapas.

Não há motivo, portanto, para alegria, há motivo apenas para que se constate a realidade, José Richa não cumpre com os compromissos políticos que assumiu como candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e não cumpre não porque não possua recursos e não cumpre não porque haia uma decisão do Governo Federal no sentido de congelar salários, não, recursos existem, porque enquanto os reajustes dos vencimentos do pessoal do Executivo do Estado do Paraná subiu no Governo José Richa em torno de 1.200 por cento, as verbas de representação dos gabinetes dos Srs. Secretários de Estado, as verbas de mordomia do próprio Palácio Iguaçu cresceram em igual período, mais de 3.300 por cento.

Recursos existem para o pagamento do professorado de acordo com o estabelecido na memorável Ata em 1981,

assinada pelas Lideranças dos professores nesta Assembléia, na Comissão de Instrução Pública, os Secretários de Estado e os Deputados de todos os Partidos, me recorde que à época, Secretários de Estado e até o Ministro de Desenvolvimento Urbano estavam presentes à reunião que consagrou o piso de 2.2 para o magistério público do Paraná.

Pois bem, Senhores, nós sabemos que a alegação de que não é possível dar o piso de 2.2, por causa de uma deflação no Orçamento do Estado, não corresponde também à realidade, pois que todos os salários ficaram congelados por um ano e nós temos a convicção, segundo dados da própria Secretaria de Finanças, que a arrecadação do Estado do Paraná está superando às expectativas orçamentárias.

Nos dois primeiros meses deste ano, foi possível se arrecadar 50 por cento a mais do que o previsto e todos nós temos consciência de que com a economia andando sem recessão, nós teremos o aumento da economia paranaense, e, conseqüentemente, teremos o recolhimento de mais ICM.

Com a campanha de retirada de nota fiscal de cada produto, com segurança a arrecadação estadual vai crescer. E o que se quer, Sr. Presidente. Srs. Deputados, é que se assegure ao professorado do Paraná não uma grande conquista, não um salário acima da possibilidade do Governo do Estado, mas, apenas, a garantia de que o professorado vai ter a mínima condição de sobrevivência, com um salário de 2.2 no piso inicial, e, conseqüentemente, os salários já estabelecidos na emenda de minha autoria, que apresentei a esta Casa, estabelecendo os pisos para o PA-I, no valor inicial de Cz\$ 1.768,80, no nível 2; Cz\$ 2.034,12, no nível 3; Cz\$ 2.440,00, no nível 4; Cz\$ 2.807,08; e no nível 5, Cz\$ 3.228,15. Estes são os valores que se pleiteiam que sejam estabelecidos para os professores, como a garantia da conquista de muitos anos de luta.

Não estão os professores aqui nesta Casa, pedindo como quem pede esmolando. Não. Eles estão aqui na Assembléia Legislativa pedindo como quem pede exigindo, porque eles estão exigindo um direito, um direito estabelecido e que já faz parte, inclusive, da sua própria sobrevivência, da sua própria dignidade.

Torno a repetir: não estamos com novas conquistas, estamos apenas mantendo aquilo que já conseguimos. E, por isto, eu creio que os Parlamentares, todos eles representantes populares, terão condições de votar a favor das emendas que prevêm esta conquista ao professorado, pois que assim sendo, estarão votando de acordo com sua consciência, e dando um instrumento ao Governo do Estado, para que ele possa cumprir aquilo que prometera na campanha eleitoral.

Esta solicitação não é feita pelos Partidos de Oposição. Esta solicitação é feita pela consciência de que todos nós temos que a educação é a moeda mestra do desenvolvimento estadual. E para que tenhamos a educação que desejamos para os nossos filhos e para preparar o futuro do nosso Estado, é preciso que o professorado, que são os agentes do processo educacional, possa ter as condições de dignidade funcional, tão necessárias à sua vida e à sua existência.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, faço um apelo não como homem de oposição, mas como pessoa preocupada com o processo educacional do Estado do Paraná, como tenho a certeza todos os Deputados o são nesta Casa.

Vamos votar não para ser agradáveis nem aos poderosos, nem aos professores, mas votemos pela nossa consciência em favor do Paraná, em favor do processo educacional, em favor do futuro do nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente.— Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra a Representação do PMDB.
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Confesso que acompanhei todos os debates com bastante expectativa e já tinha tomado uma posição há dias a respeito desta matéria. Vendo o ilustre Líder da Frente Liberal manifestar e cobrar a posição da Bancada do PMDB, chega a ser uma posição ridícula, como se fosse comum a Bancada do PMDB votar contra os interesses da comunidade ou contra os interesses de classes.

Cobrar a presença da Bancada do PMDB, quando imediatamente após esta cobrança o Deputado Rubens Bueno mostrava que se houve ausência da Bancada do PMDB, houve também ausência da Bancada da Frente Liberal no mesmo dia, na mesma hora e na mesma sessão. E eu não creio, absolutamente, que a presença dos ilustres Deputados da Frente Liberal naquela sessão, tenha ocorrido para não votar esta matéria. E eu não posso acreditar, não posso aceitar que isto tenha ocorrido, como não aceito e não concordo também que as ausências verificadas na Bancada do PMDB naquele dia tivessem algum tipo de vinculação para não se votar esta matéria.

Acho incrível até que esteja se debatendo este assunto quando os professores do Paraná conquistaram em 1981 o piso de 2.2. É uma conquista e fim de papo. Não tem o que se discutir e não tem o que se conversar. Tem-se somente que manter esta posição.

Se estivesse aqui, ilustres professores lutando por um piso salarial maior, lutando por aumento maior, lutando por 13º salário como lutou em vão no Governo dos ilustres Deputados que se manifestaram anteriormente, quando lutaram por melhores salários naquela época e não conseguiam, tudo bem.

Mas, estão aqui para manter apenas um direito que eles adquiriram e que não cabe a nenhum de nós ir contra isso, absolutamente, seja o Deputado do PMDB, da Frente Liberal, PDS, não importa.

É incrível que ocorram destas coisas ainda em nosso Parlamento. Quando eu disse que não deveríamos estar discutindo esta matéria, alguém poderia dizer: Ora, mas então porque que o Deputado está a discutir?

É que eu gostaria apenas diante de tanta encenação do ilustre Deputado Jorge Maia ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite-me um aparte? Não fiz o curso de teatro, não sou teatrólogo, não fiz encenação alguma, apenas tentei ...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vossa Excelência está sendo malcriado.

O Sr. Jorge Maia Filho — Malcriado, não. Vossa Excelência me respeite. Malcriado está sendo Vossa Excelência que não está concedendo o aparte, quando eu dei todos os apartes solicitados.

(Tumulto no Plenário).

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Gostaria que Vossa Excelência assegurasse os direitos do Deputado que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Obrigado, Excelência. Queremos dizer aos ilustres Deputados desta Casa, que educadamente eu vou votar como integrante da Bancada do PMDB, na emenda que propõe a manutenção do piso de 2.2, para os professores. Como outros Deputados do PMDB vão votar, única e exclusivamente, porque é um direito adquirido, é justo, é certo, é incrivelmente certo! Não há necessidade, não há necessidade de todo este teatro ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte, como eu permití todos os apartes que pediram?

O SR. FERRARI JÚNIOR — O meu Líder me concedeu 5 minutos e eu tenho meio minuto, e Vossa Excelência acabou me desviando, desviando meu pensamento, mas, em todo o caso que sirva esta posição do PMDB. Se fosse no passado, ilustres professores, como ocorria no passado, uma bancada inteira seguiria a direção do seu Líder e votaria contra. A Bancada do PMDB está livre e vota cada um de acordo com a sua consciência, e a minha consciência manda votar pela manutenção do piso de 2.2 para os professores.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Continua com a palavra a Representação do PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Eu não gostaria que os professores do Paraná, aqui representados por algumas centenas, na tarde de hoje, saíssem com a convicção que a simples aprovação, em plenário, da emenda apresentada, que dá o piso salarial ao professor, de 2.2, fosse fato consumado, e explico porque: apesar do belo, eloquente e nervoso discurso do Deputado Jorge Maia, do Partido da Frente Liberal; apesar do inteligente e bem colocado discurso do Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Martins Oliveira, eles sabem, perfeitamente, como nós da Bancada do PMDB sabemos, que, em se tratando de matéria financeira, o Legislativo se curva, ainda, infelizmente, para o Executivo, e não pode o Poder Legislativo tratar de matéria financeira. Sabem disso perfeitamente, os líderes dos partidos aqui presentes. Lembro-me e foi dito pelo Deputado Ferrari Júnior, dos movimentos dos professores, dos movimentos anteriores, porque acompanhei, porque estive nas madrugadas no Centro Cívico, e não vi nenhum Deputado do PDS, lá. Na época, o Deputado Maia estava em Apucarana, nem os demais Deputados que aqui fizeram ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Aq final, nobre Deputado.

Nenhum Deputado do PDT esteve lá, naquela oportunidade, porque estava comprometido com os generais de plantão que infelicitaram o País inteiro ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência está levantando uma calúnia ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, eu requeiro a palavra, e que me ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Eu não permito que levantem calúnias sobre a minha pessoa, sendo que não ...

O SR. NESTOR BAPTISTA — Está falando, pela ordem, o

nobre líder?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa assegura a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — O que Vossa Excelência tenta fazer, meu caro Deputado Jorge Maia, é uma demagogia barata, aqui no plenário da Assembléia Legislativa, para se promover perante algumas centenas de professores, sabendo que, na realidade, não tem o Poder Legislativo, porque o Partido de Vossa Excelência ...

(Tumulto, discursos paralelos).

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, eu consulto se a palavra está ainda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A palavra está ainda com Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu gostaria que me fosse descontado o tempo dada a intromissão do Deputado Jorge Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa tomará as providências.

O Sr. Jorge Maia Filho — Eu acho que Vossa Excelência tem que ter o tempo todo necessário, esse negócio de minutos, eu acho que Vossa Excelência tem que falar o tempo todo necessário.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Trajano Bastos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa quer pedir a colaboração, não irá permitir apartes e discursos paralelos nesta sessão.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Que fique claro, ao Plenário desta Casa, que desde o início dos trabalhos de hoje o Deputado Jorge Maia está tumultuando, para tentar suspender a sessão e não votar a emenda proposta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa está atenta aos trabalhos, Sr. Deputado.
Com a palavra o Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Para dizer a Vossa Excelência que de maneira nenhuma estou tumultuando, pelo contrário, eu quero a votação e vou ficar aqui. Comprometo em meu nome, em nome do Partido da Frente Liberal, não tumultuar o discurso do Líder do Governo, desde que não nos ofenda e não nos lance calúnias.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa não poderia esperar outra atitude senão esta de Vossa Excelência.
Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, sabem os professores, sabem os brasileiros, que se hoje o Brasil está na situação caótica em que se encontra, foi graças ao Governo revolucionário que neste 31 de março está de aniversário, eu que depois de muitos anos, Sr. Presidente, eu não vi nenhum bajulador do Governo de ontem, prestar uma homenagem à revolução neste 31 de março. Os cordeirinhos de ontem, os "senta-e-levanta" de ontem, Sr. Presidente, hoje estão aí bancando de democratas, desfilando de democratas, os pelegos do passado, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Ao final do pronunciamento.

Então, Srs. professores, nós estamos vivendo hoje um tempo novo no Brasil, que vai dar certo, por que não? Cada brasileiro está hoje imbuído de um poder de fiscalização.

Qual o professor, qual é o funcionário público, qual é o deputado, qual é o advogado, o médico, o operário, que não se sente gratificado ao entrar num supermercado, ao entrar no açougue, ao entrar numa loja de comércio, e ver os preços tabelados, congelados, como não acontecia há muitos anos?

Qual é o brasileiro que não se sente recompensado ao fazer hoje uma projeção do que vai gastar daqui há três ou quatro meses? Ou um ano?

Nós estamos vivendo um novo tempo neste Governo. Não é o tempo do general Figueiredo, não é o tempo do Abi-Akel defendido pelo Jorge Maia, pelo Luiz Alberto e pelo Belinati. (Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Antônio Belinati - (Pela ordem) — Vossa Excelência não prova isso. Eu peço a Vossa Excelência que peça ao orador que não seja um mentiroso ... (tumulto, discurso paralelo).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa suspende os trabalhos por cinco minutos até que se restabeleça a ordem no plenário.

(É suspensa a sessão).

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Anibal Khury, reabrindo a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa solicita às pessoas que se encontram no plenário, que se retirem para as galerias.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente. Quero agradecer ao Deputado Antônio Belinati, quando diz que deu dinheiro para minha mãe.

A minha mãe é uma senhora como quase todas as professoras que aqui estão; e que me deu a honraria de estar aqui hoje, porque muito me ajudou. Mas, eu gostaria que o Deputado Antônio Belinati explicasse também, por que é que não pagou o professorado de Londrina durante seis meses? Por que é que endividou a Prefeitura de Londrina até o ano 2.050?

Agradeço, em nome da minha mãe, nobre Deputado Antônio Belinati, demonstra a sua capacidade; e por que é que Vossa Excelência ficou como suplente, com uma votação ridícula no Município de Londrina?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente. Apenas para esclarecer alguns pontos. O Brasil inteiro, através de reportagens de jornais da Rede Globo, Rede Manchete, Rede Bandeirantes etc., documentaram ...

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, tem que ser pelo que está sendo falado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

Vossa Excelência terá que evocar o artigo do Regimento Interno que está tratando.

Está com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente. A Bancada do PMDB, apesar dos tumultos criados, a agitação criada pela incompetência e pelo rabo preso com o passado, está devidamente liberada, Sr. Presidente, para votar de acordo com a convicção de cada Deputado. Nós apenas, Sr. Presidente, estamos trazendo dados, que é para a classe política refletir, para os demagogos do PFL, do PDS e do PDT refletirem, para o professorado também refletir.

Estou de cabeça fresca para dizer, que não compete ao Legislativo tratar de matéria financeira. O piso salarial de 2.2 é uma conquista dos professores na rua ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Quero dizer ao orador que há oradores precedentes, recentes nesta Casa quando foram criados 53 cargos DAS ... (Discursos paralelos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente. Está portanto, a Bancada do PMDB, como sempre esteve, mais uma vez, dentro da conceituação de cada um, dentro do programa e da visão de cada um, para votar como bem desejar. Eu apenas, na condição de Líder do Governo, e com mais honra ainda, líder escolhido da bancada, estou trazendo alguns números, em que a bancada vai refletir e o professorado também irá refletir. O aumento, ou o piso salarial de 2.2 vai significar mais de 560 milhões de cruzados aos cofres públicos no ano. Haverá uma ampla e total movimentação em todo o Paraná.

O Rio Grande do Sul, hoje, está impossibilitado de cumprir a folha de pagamento do funcionalismo; pode me perguntar qualquer cidadão, mas nós não temos nada a ver com o Rio Grande do Sul.

Só que vivemos hoje um momento novo com o Pacote Econômico, com o 2284 que nós temos que obedecer. E virá um novo pacote, versando sobre o funcionalismo público em cada Estado, para a devida adequação de cada Estado, dentro das suas dificuldades e suas condições de atendimento. Qual será melhor: se aprovar o projeto hoje, chegando-se ao 2.2 de piso salarial que deverá ser considerado inconstitucional porque na realidade é inconstitucional ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa concede mais dois minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sendo aprovado o 2.2 de piso salarial, é isso que eu quero alertar o professorado que a Bancada do PMDB está liderada para isso; poderá ocorrer o veto por parte do Governador do Estado por ser uma matéria inconstitucional, poderá acontecer um novo pacote do Governo Federal e a ilusão de cada professor que vai sair daqui hoje e que já está com o seu salário assegurado, e na realidade não é verdade.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Concedo o aparte inicialmente ao Deputado Rubens Bueno e na sequência ao Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. RUBENS BUENO — Veja bem Vossa Excelência que não precisa voltar nem nos últimos vinte anos, basta lembrar de 1981, quando professoras grávidas foram espancadas pela Polícia do General Ney Braga. São os mesmos homens que

subiram hoje na tribuna para defender o professorado quando em vinte anos atacaram o professorado até com baionetas.

A posição de Vossa Excelência como Líder da Bancada do PMDB demonstra a independência e a integridade desta bancada, e o programa do nosso Partido é que as conquistas dos trabalhadores devem ser preservadas. Portanto, nós devemos votar com o piso salarial de 2.2 sem a demagogia daqueles que subiram à tribuna há pouco.

É bom lembrar ainda Vossa Excelência, que neste acordo de 1981 que foi feito na Assembléia Legislativa, tem sete pontos estabelecidos, e o governo dos generais, de então, só cumpriram com um; nem a eleição em lista tríplice para os diretores eles não mandaram para a Assembléia. É bom lembrar disso também. Era isso que eu gostaria de acrescentar ao pensamento de Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu gostaria de lembrar também que o "Turista do Vesúvio" que só adora ver catástrofe, o Leonel Brizola, está com o professorado em greve no Rio de Janeiro. Mesmo o Brizola, defendido aqui com unhas e dentes pelo Deputado Antônio Belinati, está com o professorado em greve; o agitador do Rio de Janeiro. Mas, eu concedo a palavra ao Deputado Jorge Maia Filho nestes 30 segundos que me restam. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Jorge Maia Filho — Faltam apenas 10 segundos, eu vou ter que fazer a contagem regressiva e não vou ter oportunidade. O que deu a entender Vossa Excelência é, que na realidade vocês vão votar a emenda e o Governador não irá sancionar. Então, eu acho que vocês devem fazer o seguinte ... (O Sr. Presidente corta o som).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 04/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 02/86, que dispõe sobre o índice de majoração de vencimento e vantagens do funcionalismo público do Estado, e dá outras providências. — Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Senhor Presidente, não se justifica a chamada nominal porque estamos verificando que no plenário há número suficiente para votação, e não há nenhuma matéria ainda em processo de votação. Então, é um pedido extemporâneo do Deputado Dirceu Manfrinato que, Vossa Excelência, a olho nu, pode perceber que há número suficiente para votação, em plenário, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — O requerimento de chamada nominal é unilateral e a Mesa vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — (Pela ordem) — Gostaria de comunicar a Vossa Excelência que o Regimento

Interno faculta-me o direito da chamada nominal e eu quero ver, realmente, os Parlamentares que estão do lado dos professores, porque nem o autor da emenda se encontra no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa solicita à primeira Secretária que procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(Faz soar os tímpanos).

A SRA. 1ª SECRETÁRIA — (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Responderam a chamada trinta e seis Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Nestor Baptista, que dá preferência ao Projeto de Lei n. 04/86, queiram conservar-se como estão. — Aprovado.

A Mesa, entretanto, vai submeter à votação, de acordo com os termos do Regimento Interno, os projetos que estão na fase de votação. Antes da votação do Projeto de Lei n. 04/86.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 203/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, oriundo do Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o relatório final e os relatórios parciais da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades administrativas, ocorridas no Âmbito da Administração Pública Estadual. — Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o requerimento de preferência de votação não é com relação ao 04/86?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A matéria em fase de votação constante da Ordem do Dia de hoje. E há preferência da matéria que está em votação em primeiro lugar.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO (Pela ordem) — Desculpe Vossa Excelência, mas o Senhor já colocou em votação o Projeto 203/84?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Já foi colocado em votação e já está aprovado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Queria, nesta Questão de Ordem, perguntar a Vossa Excelência se existe neste projeto apenas o relatório final, ou então também os relatórios parciais da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa vai responder a Questão de Ordem do Deputado Jorge Maia Filho. Não consta do projeto os relatórios parciais.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Então, Sr. Presidente, acho que este projeto não está completo e está colocado de uma forma ilegal para votação e discussão.

O SR. RUBENS BUENO — Pela ordem, Sr. Presidente. A Frente Liberal quer tumultuar o processo da Ordem do Dia para prejudicar os professores ...

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela ordem) — Apenas para pacificar os trabalhos, Sr. Presidente, e gostaríamos que seguissemos na Ordem do Dia.
Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Sr. Presidente. Se Vossa Excelência retira, eu apresento o requerimento nos mesmos termos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — O requerimento do Deputado Nestor Baptista já foi aprovado. Só se o Plenário decidiu o contrário. A Mesa considera aprovado o Projeto de Lei n. 203/84. Entretanto, vai determinar o seu retorno à Comissão de Justiça, à Comissão Parlamentar de Inquérito, para que junte ao mesmo os relatórios parciais.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — Vossa Excelência está pedindo que retorne, ou está aprovado o Projeto de Resolução?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está aprovado em segunda votação e vai retornar à Comissão de Justiça para que preencha os requisitos da anotação.

O SR. RUBENS BUENO — Mais quais são os requisitos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Nobre Deputado, consta o seguinte: Projeto de Resolução 203/84, de autoria do Deputado Rubens Bueno, e outros, que aprova o relatório final e os relatórios parciais da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura possíveis irregularidades administrativas ocorridas no âmbito da administração pública estadual. Não se encontra no processo os relatórios parciais.

O SR. RUBENS BUENO — Mais uma vez fica evidenciada a má-fé de alguns Parlamentares ao usar do processo, na CCJ, e não juntarem o processo de votação. Quero deixar claramente isto. E vem sendo sistematicamente bloqueada a votação, em plenário, da CPI da Corrupção, pelos homens da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Vai o projeto à Comissão de Justiça para que preencha, em regime de urgência, os requisitos que o Regimento Interno exige e que consta do projeto que está em votação.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 04/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 02/86), que dispõe o índice de 80,12 por cento correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8210, de 30/12/85, fica acrescido, a partir de 1.º/01/86, de mais 9,23 por cento, pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35 por cento, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA MESMA, por unanimidade, e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em votação. Em discussão o projeto e as emendas apresentadas em 2ª DISCUSSÃO.

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela ordem) — Poderia repetir o número do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Projeto de Lei n. 04/86.

(Lê o referido projeto).

O SR. MÁRIO PEREIRA — Peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra, o nobre Deputado Mário Pereira, para discutir ...

O SR. MÁRIO PEREIRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra o Sr. Deputado Mário Pereira, para discutir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Vossa Excelência está colocando em discussão ou para encaminhamento de votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em discussão, projeto e emendas.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Líder do PMDB, Deputado Nestor Baptista, ao liberar a Bancada do PMDB para que votasse de acordo com a posição pessoal de cada Deputado, na minha opinião agiu de forma a mais correta, própria de um Deputado experiente, com visão, como é o Deputado Nestor Baptista.

A preocupação do Deputado Nestor Baptista, também acho correta, a preocupação com a indexação, a preocupação com a regulamentação que deverá vir, com relação aos vencimentos dos funcionários públicos e a possibilidade inclusive de veto, de o Governador ser inclusive atropelado por novas disposições federais e ter que vetar este projeto.

Disse bem o Sr. Deputado Nestor Baptista, que nós estamos vivendo uma outra realidade econômica e principalmente social no País, principalmente social.

Há muitos anos, não via algo que nos deixasse tão satisfeitos em participar da vida pública, no momento em que o homem público assim como a polícia não tem a credibilidade da população.

No momento em que o Ministro da Fazenda Dilson Funaro foi ao Congresso Nacional explicar as medidas econômicas e em dado momento com todas as letras à Nação ele falou, chega de levar vantagem. Quantas histórias temos escutado, que demonstram que entramos num processo cultural em que levar vantagem é esperteza, em que levar vantagem é ser vivo e quantas vezes tomei conhecimento, de uma pobre dona de casa ou uma dona de casa qualquer, que quando vai ao supermercado e volta para casa com o ticket da máquina registradora na mão e ao verificar que o supermercado havia esquecido de na conta somar, por exemplo duas latas de azeite e ela ficar contente com isto, por ter passado para traz o supermercado, contava até para a vizinha, "olha fui ao supermercado e de uma conta de um milhão só me cobraram setecentos porque o caixa se enganou".

Que esperteza achava ela que era, que vantagem levava, coitada da pobre mulher, que acabava de furtar duas latas de azeite do supermercado.

Não se sentia ela furtando, porque se sentia furtada no dia-a-dia pela remarcação assuntosa à vista dos fregueses.

Pobre Brasil, pobre de nossos filhos. Que o banqueiro virou agiota; que não pagar duas latas de azeite, era esperteza, e que remarcar sem a tabela ser aumentada, através do produtor era também um jogo comercial.

"Chega de levar vantagem", disse Dilson Funaro.

Entramos realmente, Deputado Nestor Baptista numa nova era, na era em que o consumidor tem para quem reclamar; na era em que o consumidor fiscaliza os preços e a população irá fiscalizar o Governo, irá fiscalizar os gastos do Governo, os gastos supérfluos, a existência de empresas desnecessárias, o cabide de emprego, as vantagens imorais. Tudo isso será fiscalizado e cobrado pela população.

"Chega de levar vantagem", disse Dilson Funaro, e a população brasileira vai dizer: "Chega de levar vantagem". A

defesa do pacote econômico é a garantia da continuidade, de um clima em que possamos educar os nossos filhos em outros conceitos de moralidade, e não levar duas latas de azeite para casa e contar para a vizinha, satisfeita.

"Chega de político enganar.

Chega de eleitor enganar.

Chega da Velha República.

Político desmoralizado, classe política a que pertencço, desmoralizada, sem credibilidade. Político que vem da população, e que no dia 16 de novembro não descem dos céus raios luminosos que o purificam. Que é na vida pública o que era antes, e que ingressa na vida pública com os defeitos e virtudes que tinha, porque o voto não purifica. Quem purifica é a população, a postura da população, que terá, daqui para a frente, representantes de acordo com a nova moralidade da Nova República, do pacote da moralidade.

Fez bem o Deputado Nestor Baptista ao deixar em aberto a questão. Poderão, repito, modificações de critérios baixados pelo Governo Federal, virem a invalidar o que iremos aprovar hoje. Deixo esta ressalva.

Voto a favor, Sr. Líder, Nestor Baptista, em respeito à mobilização e organização social, que é o postulado básico do PMDB no seu programa.

E a conquista de 2.2 salários-mínimos, a indexação do salário do professor ao salário-mínimo, foi uma conquista da mobilização popular entre a desindexação havida na economia, por força de um decreto federal e a continuidade desta indexação do salário do professor, que pode não respeitar diplomas legais.

Eu vou ficar, Sr. Líder da Bancada, Sr. Presidente, com a mobilização popular, que é obrigação primeira do nosso partido.

E não podemos desestimular quem se organizou. Não podemos frear a mobilização. E, assim, coloco a minha posição, Sr. Líder, fazendo este alerta, que decretos, que regulamentações do salário-mínimo poderão fazer com que a aprovação desta lei seja revista. Mas, em homenagem à mobilização popular, votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE — (*Anibal Khury*) Continua em discussão.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — (*Para discutir*) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em discussão o Projeto de Lei n. 04/86, que, em seu artigo primeiro, estabelece o seguinte: "O índice de 80,12 por cento correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual, concedida pela Lei n. 8210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 01 de janeiro de 1986, de mais 9,23 por cento, perfazendo, portanto, um total de 89,35 por cento.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que ao recebermos o referido projeto, na Comissão de Constituição e Justiça, na condição de Relator, notamos que seria necessário que se elaborasse um Substitutivo Geral, por diversos motivos: primeiro, porque a Mensagem do Governador mencionava o

Decreto n. 2283, quando já havia sido editado o Decreto-Lei n. 2284, do dia 10 de março em curso, revogando, portanto, o Decreto n. 2283, no dia 27 de fevereiro do corrente ano.

Tais modificações diziam respeito à mudança da numeração dos artigos 19 a 23 citados no artigo segundo, que passaram a vigir com os números 17 e 21. Também mudara a data mencionada no artigo quarto, de 28 de fevereiro para 10 de março de 1986.

Mas, ao fazermos os cálculos sobre o percentual final de aumento que seria concedido aos servidores, surpreendeu-nos a diferença de 2,8 por cento, pois o reajuste final seria de 87,27 por cento e não mais 89,35 por cento, como constava do Plano de Lei.

De imediato, procuramos o Chefe da Casa Civil para expor o problema, pedindo-lhe que fossem desconsideradas a diferença menor até o percentual de 1,11 por cento a fim de manter o reajuste prometido.

A receptividade foi boa, junto à Chefia da Casa Civil. Elaboramos a emenda assegurando, portanto, o aumento original de 89,35 por cento, mas apesar de a Secretaria das Finanças acatar a nossa sugestão, fomos informados de que a Secretaria da Administração não aceitara, o que motivou a não apresentação do dispositivo que não permitia o corte de 1,11. Na expectativa do Sr. Governador mandar para esta Casa um aditamento, o que não aconteceu até esta data, voltamos a afirmar que a diferença real é de 2,8 por cento e não apenas 1,8 por cento. Pois, se aplicado o Decreto n. 2284, o aumento será de apenas 87,27 por cento.

A fórmula que propusemos de se desconsiderar diferença menor do que 1,20 por cento dizia respeito somente após a aplicação dos cálculos previstos nos artigos primeiro e segundo desta lei, ou seja, quando da elaboração das tabelas de que trata o artigo terceiro.

A nova emenda ora apresentada a este Plenário, tem por objetivo manter o percentual de aumento dos 89,35 por cento, bem como assegurar a igualdade de pagamento de salário-família, tanto para celetistas como para estatutários, no valor de Cz\$ 40,20, pois o salário-mínimo deverá ficar congelado pelo prazo de um ano.

E para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, caso persista o Plano de Lei na forma como se encontra, o reajuste a vigorar a partir de 01 de março será de apenas 87,27 por cento e não mais de 89,35 por cento, como consta em seu artigo primeiro.

Convém esclarecer que os magistrados e membros do Ministério Público e, conseqüentemente, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, bem como ex-governadores, não sofrerão qualquer redução com a aplicação do artigo segundo desta lei, por força das garantias constitucionais que lhe são conferidas.

Se o Governo do Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Governo do Estado já arcou com o ônus da Emenda 17, para fazer justiça aos pequenos municípios, por que não poderá dispender de mais este hiper percentual em favor dos seus servidores?

Muito obrigado, era o que tínhamos a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Continua em discussão.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia discutir este projeto, para que a votação fosse mais rápida, mas solicitei um aparte ao eminente Deputado Mário Pereira, que se encontrava na tribuna, não me concedeu, somente para prestar um esclarecimento, quando o Líder do Governo antecipou a possibilidade de veto, quase informando à Casa que a Bancada está liberada para votar, mas há a possibilidade de veto.

Falou também o eminente Deputado Mário Pereira, neste novo tempo, que "chega de levar vantagem, que o consumidor tem a quem reclamar"; o professor está reclamando das desvantagens e reclamando aos seus representantes, ao representante do povo, nesta Casa.

É preciso deixar firmada uma posição, hoje, que, aprovado este projeto, se vetado pelo Governo do Estado, que a Bancada do PMDB, que tem a maioria nesta Casa, faça com que dê os 2/3 para nós derrubarmos o veto, porque este direito dos representantes do povo de apreciar o veto do Governo, ainda não caiu. Se for vetado, haveremos de voltar à luta, nesta Casa.

Era só este esclarecimento que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Com a palavra o Sr. Deputado Augusto Carneiro, para encaminhar.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também no início estava querendo marcar a minha posição sobre este projeto, apenas exercendo o direito de voto, que é o que verdadeiramente decide as questões aqui colocadas.

No entanto, as discussões havidas nos chamaram a esta tribuna, para, neste encaminhamento de votação, colocar alguns fatos, rememorar alguns outros e concluir, dizendo do que pensamos a respeito da matéria em discussão e votação.

Principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na hora em que se evocou muito um passado e sendo eu um Deputado de terceiro mandato, como tantos colegas mais antigos que eu, que ainda militam nesta Casa, colocando-nos, como se fôssemos todos contrários sempre às intenções mais justas, reivindicadas pela classe do Magistério.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reconhecemos que vivemos, nesta Casa, um período de exceção, onde predominava, — quem sabe — a vontade soberana de um Executivo, e nós, membros do Poder Legislativo, contrariados muitas vezes, tivemos que ver prevalecer a idéia de um Executivo mas, sem com isso, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, deixarmos de dar a nossa palavra, a nossa

contribuição e, principalmente, comparecendo junto aos homens do Governo, e mesmo sem tribuna, defender com veemência o que entendíamos de direito, de justiça, das reivindicações de todas as classes deste Estado.

Porque ninguém pode lançar acusações de que, Deputados antigos como eu, desta Casa, estiveram em algum lugar, em alguma concentração pública, de qualquer classe, buscando perseguir e prejudicar qualquer segmento social deste Estado.

A grande verdade é de que víamos frustradas, sim, as nossas intenções, também aqui, quando defendíamos requerimentos apresentados não só ao Governo do Estado, mas principalmente ao Governo Federal, que lá é onde estava o maior problema.

Vimos frustradas as nossas intenções, sim, muitas vezes, tivemos que engolir — quem sabe por pertencermos a siglas partidárias que já passaram, mas coerentes também com a nossa disciplina partidária, mantivemos a nossa posição até hoje em que a lei e a própria situação nos deu também esta liberdade de opção.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que voltamos hoje para dizer que, não vimos aqui para defender um passado, pelo contrário, como os demais também o condenamos.

Condenamos e esperamos que não volte este passado, principalmente para que as gerações que aqui estão, percebam e vejam de que injustiças e arbitrariedades são cometidas.

No entanto, eu quero aproveitar também, para chamar a atenção do Governo que aí está, que se diz não pertencer ao passado, mas sim, corrigir os erros do passado, que esse Governo olhe com atenção a reivindicação justa dos senhores professores, porque os professores conquistaram isso não foi por interferências políticas partidárias, foi porque a classe se uniu, foi à praça pública, correu riscos. Mas, houve um Governo que também ouvindo homens que pertenciam ao Governo da época, como eu, era um deles, que soube trabalhar e justificar junto ao Governo, de que a reivindicação dos Senhores Professores era justa, e por isso eles conseguiram o 2.2 de piso salarial.

Sabíamos e sabemos e todo o Paraná sabe, de que este novo Governo que aqui está, fez a sua campanha eleitoral fundamentada em cima dos erros que houveram no passado, e que nós confessamos que erros houveram. Mas fez, dizendo que corrigiria as injustiças que houveram no passado, dizendo que retornava ao quadro do Magistério o prejuízo que tiveram no decurso do tempo. Dizendo de que iria olhar pelos trabalhadores e melhorar os seus vencimentos, de que iria criar empregos e tantas outras coisas. De que iria dar uma melhor condição e garantia a respeito da criminalidade e tantos outros fatores que assolavam e ainda assolam hoje o nosso Estado.

E os Governos do passado, se nada deram ou quase nada deram, mas também nada prometeram. E aqueles que prometeram têm obrigação de cumprir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e que não me venham, hoje, alegar a inconstitucionalidade desta matéria, porque se esta matéria verdadeiramente é discutir a sua constitucionalidade, é em discutir a sua moralidade, é em discutir a sua

injustiça, e sendo justa ela deve prevalecer nos homens de sã consciência.

E esta inconstitucionalidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tantas vezes alegadas e usadas aqui como uma artimanha nesta Casa, como nós já temos observado tantas vezes, que não seja agora usada para cometer uma injustiça, principalmente ao quadro do Magistério que está aí.

Um piso de 2,2, que salário é este, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Apenas mil e setecentos cruzados. Uma família pode viver com um salário destes?

Se esta foi uma conquista difícil, vamos ajudar agora, e agora que é a hora da mudança sim, da mudança onde homens que outrora não puderam falar com clareza e com liberdade, e agora podem. Podem falar e defender o que é justo aqui. Então vamos defender e prevalecer, agora a idéia desta maioria. Eu parabeno-me com os Deputados do PMDB, que não cumprindo, quem sabe, uma determinação do Palácio, vem aqui e vem votar coerentes com o que defenderam no passado. Eu evoco testemunho de brilhantes e aguerridos Deputados que no passado aqui batalharam. É Trajano Bastos, que também é um homem que tem mandato, é Nilso Sguarezi, são outros que, proventura, eu possa esquecer porque a grande maioria está no primeiro mandato.

Mas, neste primeiro mandato vamos fazer prevalecer a idéia desse Poder, e se nós todos estamos com a consciência firme e tranqüila, de que é justo mantermos este salário adquirido a duras penas, pelo Magistério, vamos então, garantir aqui, independente da vontade, porque eu sei que o Governo tem problemas financeiros sim, e quem não sabe? Quem não sabe que esta Nação tem problemas financeiros? Mas é uma questão de ajuste, de orçamento apenas.

Se o Governo quiser reajustar isto, porque vinha pagando não está se pretendendo nada daquilo que já era, está querendo que se consolide o que já existia; e se pagamos o mês passado, por que não podemos pagar o mês futuro? Na hora em que se pretende inclusive aumentar arrecadações? E é por isso, Sr. Presidente, que eu ocupei a tribuna para registrar estes fatos e dizer que eu espero agora, neste tempo novo, nesta hora de mudança, eu não venho aqui simplesmente, como homem de Oposição, eu venho aqui como homem de consciência, para dizer aquilo que eu sinto e que eu tenho observado no decurso do tempo nesta Casa.

Espero que, o Poder Legislativo nesta matéria e nesta Emenda, vote aprovando-a, e se rejeitada for, por problema inconstitucional, nós saibamos manter aqui, a prevalência da justiça, não tirando de quem tem direito, aquilo que conquistaram a duras penas.

Muito obrigado.— *(Sem révisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE *(Anibal Khury)* — A Mesa

registra a presença, com satisfação, do Prefeito de Astorga, João Zampieri, do assessor Alfredo Benetti.

Continua em votação. Tem a palavra o Sr. Deputado Odeni Mongruel, para encaminhar a votação.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

O Poder Legislativo do Paraná, vive na tarde de hoje,

com certeza, um dos seus momentos mais difíceis. Delicada é a posição do Legislador, que vem a este plenário com a intenção de servir bem e melhor o povo de seu Estado.

Tantas são as informações, tantos são os apelos, tamanhas são as solicitações, em que num momento como este leva-nos muitas vezes, à conturbação das nossas idéias. E, aqui nesta Casa, neste plenário em participar, onde idéias diferentes são discutidas na busca saudável da solução, nós verificamos quanto deve ser forte o Parlamentar, quanto precisa estar absolutamente convencido dos valores que elegeu para oferecer a seguir a sua contribuição.

De sã consciência, não creio eu, tenha neste plenário, qualquer Deputado, a despeito de sua legenda partidária, a má vontade, a falta de intenção de legislar, da melhor forma. E qual é a melhor forma? É aquela que acolha apelo dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Não digo que o bom Deputado se descuida das coisas do Estado. O Estado tem a sua importância - é óbvio - mas o Estado não precede a sociedade, a sociedade é composta por nós, homens comuns que, no exercício das nossas atividades funcionais, nos colocamos em diferentes setores de produção nesta mesma sociedade, de atividade profissional.

Hoje, aqui estamos nós, Deputados, funcionários, técnicos e pessoal de apoio, professores nos assistindo e companheiros de imprensa. Vale a pena relembrar aqui alguns pontos levantados por companheiros Deputados, independentemente de partidos políticos, que nos antecederam na tarde de hoje. Nós estamos vivendo o ufanismo e a euforia de uma nova ordem econômica, principalmente nos trinta últimos dias, marcada por uma atitude inédita na história recente do nosso povo, quando no terminal, na saída dos preços ao consumidor houve uma atitude de firmeza do Governo Federal congelando esses preços.

Ora, isso levou ao estado da satisfação de todos a sociedade brasileira, porém, não há medida de ordem econômica que não seja dolorida, que não há medida de ordem econômica que aconteça aos sorrisos e aos agrados de todos.

Vencido o primeiro mês, começamos todos nós, Deputados, professores, cidadãos comuns, homens do Governo, a viver o problema do congelamento salarial. E neste particular é bom lembrar que essa medida não tem nada de diferente daquelas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional que, sob o batismo de medidas de austeridade, guardava dois pontos fundamentais: o primeiro a redução do investimento público, e o segundo, o mais contundente de todos, o congelamento das rendas privadas, salários e alugueres. E é o que nós estamos sentindo, agora, neste instante, que os salários são frontalmente atingidos pelas medidas econômicas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, também é bom lembrar que a nova ordem econômica preconizada pelos técnicos do Governo Federal, e corajosamente implantada neste País por iniciativa do Senhor Presidente da República, proscreve, elimina, erradica a correção monetária e procura também corrigir o reajuste automático,

não quer saber de valor referencial. Mas vejam bem, meus Senhores, o próprio pacote econômico, o mais recente deles, o 2284, já embutiu em seu próprio texto aquilo que pode ser o maior risco que venha a ser cometido contra a nova ordem econômica: é o reajuste salarial automático a cada vez que o índice inflacionário alcançar a 60 por cento.

Ainda há quem diga que esse Decreto é mais generoso que o Decreto anterior, o 2283, quanto à política salarial neste País. Se de um lado, o trabalhador tem 60 por cento incorporado adremente aos seus vencimentos, a cada vez que o índice inflacionário se faça sentir, os outros 40 por cento ficarão a ser discutidos e concedidos através de dissídio coletivo entre empregados e empregadores. Ora, se de um lado alguns apontam como generosidade do segundo pacote, de outro lado, vale lembrar que o trabalhador que discutia ganho real, passa agora, por força de expressão de lei, a discutir apenas, perda salarial.

Outro aspecto que vale aqui lembrar, é que o Poder Legislativo é a expressão mais verdadeira da sociedade civil. Esses são os nossos compromissos substanciais. Esta é a expressão maior do poder que representamos que é a vontade do povo e neste momento histórico em que tanto se valoriza a vontade do povo e nós estamos hoje aqui, convivendo com um dos segmentos mais representativos da sociedade civil, da sociedade organizada, da sociedade desenvolvida e responsável, o Magistério.

Este Paraná, que vem sendo grande na agricultura, este Paraná que não vem medindo esforços no seu desenvolvimento de suas atividades empresariais, no setor industrial, no setor comércio e na prestação de serviço. Este Paraná que é dotado de uma infra-estrutura de comunicações das mais expressivas, quer ser um Estado grande e maduro, quer ter o seu peso político ponderável e expressivo nas discussões dos interesses nacionais. Este Paraná precisa dar ao seu sistema estadual de educação, as condições mínimas necessárias para que esse sistema possa cumprir bem os seus propósitos e os seus objetivos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, absolutamente consciente é apenas complementando, com essas dificuldades todas, a minha postura de julgador e consciente dos meus valores, sou a favor do piso referendado já em ocasiões anteriores e nesse momento, solicitado pelos senhores professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Concedo a palavra, para encerramento de votação, ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os princípios provenientes do Programa do PMDB, e ele é claro, quando fala da conquista dos trabalhadores. Nós, Parlamentares do PMDB, temos a obrigação de cumprir com dever, que é o programa do nosso partido. Num momento como este em que se encontram aqui os Parlamentares estaduais, para discutir exatamente a manutenção da conquista do trabalhador, nada melhor, nada mais justo, nada mais coerente do que a

manutenção deste piso salarial aos Professores do Estado do Paraná de 2.2 salários-mínimos.

Ouvi atentamente os pronunciamentos dos Senhores Deputados, mas, me detive mais num pronunciamento coerente e eu não poderia deixar de esperar que assim não o fosse, o do Sr. Deputado Augusto Carneiro. O Deputado Augusto Carneiro é um dos Deputados - dada até a vizinhança da nossa luta e dos nossos embates políticos regionais, na região Centro-Oeste do Paraná, demonstração mais uma vez da sua ética, da sua coerência e a demonstração maior das conquistas do Poder Legislativo. Este Poder precisa de fortalecer. Mas, para fortalecer, o Poder Legislativo passa indistintamente pelo trabalho e pela presença dos Srs. Deputados, na Assembléia Legislativa.

Estamos aqui há um ano e meio tentando votar um relatório da CPI da Corrupção. Está no primeiro item da pauta da Ordem do Dia de hoje e mais uma vez foi protelado e bloqueado pela Bancada do Partido da Frente Liberal. Ora, com retirada de plenário, ora, com pedido de verificação de "quorum" e todo o tipo de artifício que é tramado através do Regimento Interno, para bloquear uma CPI que já foi aprovada e encaminhada à justiça, através dos seus relatórios parciais.

Já encaminhado, inclusive criminalmente às Delegacias de Polícia ainda insistem em bloquear uma CPI que durou 19 meses, fez 56 reuniões, ouviu 48 depoentes, documentos que comprovam irregularidades as mais sérias, os desmandos administrativos, tudo isto está incluso na CPI da Corrupção. Dezenas de órgãos públicos do Paraná foram investigados, exatamente para tentar fortalecer o Poder Legislativo, é que esta CPI chegou ao final.

Não foi para acusar o Governo anterior. Foi para demonstrar as irregularidades anteriores e as atuais, do atual Governo, cujas irregularidades foram comprovadas e encaminhadas ao Poder Judiciário.

E infelizmente, até hoje, o Poder Legislativo do Paraná, desde dezembro de 84, até este momento, não aprovou o relatório da CPI que, mais uma vez foi bloqueado, na tarde de hoje, para que os senhores professores, membros do Magistério do Paraná, acompanhem às quantas anda o Plenário desta Assembléia Legislativa.

Mas, o programa do PMDB, quando fala em combater sistematicamente a corrupção do País, não pode também o PMDB vir à tribuna e dizer que isto pode levar o Paraná à falência. O problema do salário-mínimo, o do salário da conquista dos professores do Paraná de 2.2 salários-mínimos:

Até porque as irregularidades continuam. Não continuam somente no Paraná, continuam no Rio de Janeiro do PDT, continuam no Rio Grande do Sul da Frente Liberal, continuam no Mato Grosso do PDS, continuam em diversos Estados do País, para mostrar que as irregularidades continuam.

Mas, é bom que se diga ao Magistério do Paraná que nenhum dos 58 representantes aqui desta Assembléia por exclusiva vontade, vieram aqui porque o povo do Paraná elegeu. Portanto, se estamos aqui, estamos representando o paranaense. Parcela da sociedade do Paraná, tem compromisso com os

representantes que aqui estão. E é preciso notar a ausência daqueles que não comparecem aqui para votar não só suas conquistas, mas, muito mais do que isto, o seu dinheiro recolhido através do imposto que é roubado dos cofres públicos e que, infelizmente, este Poder não pode legislar, porque temos também, aqui, a ausência para bloquear este tipo de trabalho.

A sociedade precisa fiscalizar. Este é o Poder que a cada eleição tem uma alternância profunda. Temos, em cada eleição, no mínimo 50 por cento de renovação dos Parlamentares do Poder Legislativo, quer nas Câmaras Municipais, quer na Assembléia Legislativa, quer no Congresso Nacional.

Mas, é preciso que esta alternância seja cada vez mais eficaz. Que a população fiscalize, decididamente, os atos também dos Parlamentares, porque tudo o que ganhamos, tudo o que recebemos, também faz parte do dinheiro de cada um dos paranaenses.

Tudo isto é importante discutir num dia que tem as galerias hoje lotadas e não fazer demagogia da tribuna da Assembléia. Dizer ao povo também o que está acontecendo de ruim aqui dentro. E é preciso dizer com coragem ao povo do Paraná: muita coisa de ruim acontece hoje na Assembléia Legislativa do Paraná.

Está sendo votada na Ordem do Dia, silenciosamente, uma proposta aqui para beneficiar alguns Parlamentares. Silenciosamente, na Ordem do Dia de hoje. E eu não vou votar esta proposta.

Quero esclarecer à Liderança do meu partido. Quero esclarecer à Mesa da Assembléia, quero esclarecer aos nobres Deputados da oposição desta Casa, que não voto proposta imoral, de maneira alguma. Não tenho a consciência pesada. Tenho-a tranqüila, para votar em qualquer circunstância, mas, não voto proposta imoral que, ao tentar enganar os professores da tribuna, ficam no silêncio para aprovar proposta imoral para beneficiar Parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Continua em votação.

Encerrada a discussão para votação, passa-se à votação da matéria.

Votação da Emenda Substitutiva da CCJ.
APROVADA.

Em consequência fica prejudicada a Emenda Substitutiva da Mensagem Governamental.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (*Pela Ordem*) —

Vossa Excelência coloca em votação a Emenda do nobre Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Foi colocada em votação a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa vai solicitar a Senhora 1ª Secretária que proceda a leitura da Emenda.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA — Procede à leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — O substitutivo

está aprovado e está publicado nas folhas n. 9 do Avulso.

Vai proceder a votação da Emenda n. 1, ao Substitutivo Geral de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, publicado nas folhas n. 13 do Avulso.
Em votação a Emenda. APROVADA.

O SR. NESTOR BAPTISTA (*Pela Ordem*) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Vai se proceder à verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

31 Srs. Deputados aprovam a Emenda. — *Está aprovada.*

Em votação a EMENDA N. 2, de autoria do Deputado Ailton Cordeiro, fls. n. 14 do Avulso.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

O SR. NESTOR BAPTISTA (*Pela Ordem*) — Requeiro verificação de votação com chamada nominal.

O SR. JORGE MAIA — (*Pela ordem*) — Pediria que Vossa Excelência determinasse a Senhora Secretária que lesse o artigo da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — A Senhora 1ª Secretária vai proceder à leitura da Emenda.

(Lê ... "Acréscenta-se onde couber o seguinte artigo: "Art. ... Fica assegurado aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério para a carreira inicial de nível PA-1, o piso salarial equivalente a 2.2 do valor do salário-mínimo em vigor no Estado do Paraná".

O SR. JORGE MAIA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — A Mesa consulta o Deputado Nestor Baptista se mantém a chamada nominal para votação ou para ...

O SR. NESTOR BAPTISTA — Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — A Mesa vai proceder a chamada nominal através da 1ª Secretária.

(*Procede-se à chamada*).

(*Interrompe-se a chamada*).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (*Pela Ordem*). Sr.

Presidente, estou autorizado pela Liderança de nossa Bancada de solicitar a Vossa Excelência o cancelamento da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda n. 2, queiram levantar-se.

O SR. PAULO FURIATTI (*Pela Ordem*) — Gostaria que fosse terminada a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Os Srs.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
33 Srs. Deputados aprovam a Emenda, nenhum rejeita. Está APROVADA A EMENDA.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu solicito a Vossa Excelência que registre em Ata a ausência do Deputado Airton Cordeiro, autor da Emenda, pois nós temos plena consciência, Sr. Presidente, que se nós estivéssemos apenas em 29 Deputados aqui, exatamente o voto do autor da Emenda estaria faltando para aprovar a sua própria Emenda em favor dos professores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Vai ser registrada a ausência do Deputado Airton Cordeiro.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Em nome da liderança do PDT eu comunico a Vossa Excelência que o ilustre companheiro de bancada, Deputado Airton Cordeiro está adoentado, no dia de hoje; está sob cuidados médicos e pediu que fosse feita a comunicação.

SR. DEPUTADO NÃO IDENTIFICADO — Traz o atestado.

O SR. RUBENS BUENO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Tem a palavra pela ordem, o Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse consignado na Ata dos trabalhos de hoje, exatamente que neste dia em que estamos trabalhando neste Poder Legislativo em favor das classes dos trabalhadores, lá no Rio de Janeiro, está em greve a classe dos professores.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse registrado em Ata, a redação da emenda, que nós aprovamos, a emenda de 2.2 salários-mínimos. A redação da emenda pode gerar alguma dúvida.

Portanto, eu gostaria apenas que ficasse registrado em Ata que a emenda aprovada corresponde a 2.2 salários-mínimos em vigor no Estado do Paraná.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu pediria a Vossa Excelência que constasse em Ata que os Professores do Rio de Janeiro estão em greve lutando por um piso de cinco salários.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Em votação a Emenda n. 3.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) — Tem a palavra pela ordem, o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência determine à Secretária a leitura do inteiro teor de emenda de minha autoria com a justificativa, que estabelece o piso de 2.2 salários-mínimos, para o nível inicial do quadro de docentes do Estatuto do Magistério do Paraná. E igualmente, para os outros níveis da carreira do magistério subsequente.

E para que se esclareça a esta Casa que a tabela de vencimentos passará a ser nos valores de cruzados, estabelecidos na emenda.

O SR. PRESIDENTE — (*Anibal Khury*) A emenda n. 13 se encontra publicada nas folhas 16, mas a Mesa vai solicitar à 1ª Secretária que proceda a sua leitura.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA — (*Lê a emenda n. 13*)

O SR. PRESIDENTE — (*Anibal Khury*) Em votação a emenda n. 13 que acaba de ser lida. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (*Anibal Khury*) Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (*Anibal Khury*) Vai-se proceder verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. A Mesa solicita às pessoas presentes que se mantenham dentro do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (*Anibal Khury*) A Mesa solicita às pessoas presentes que se mantenham dentro do Regimento Interno.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
21 Srs. Deputados Rejeitam, e 13 aprovam. Rejeitada a Emenda.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — (*Pela Ordem*) Eu só queria esclarecer ao Plenário que, desde que a Emenda n. 2, praticamente a 3 já estava prejudicada. É que o Deputado Luiz Alberto quis fazer uma média com os professores.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu não pretendo ingressar na mente de ninguém, para saber as razões subjetivas que levam à prática de determinadas atos. E, nem admito que ninguém tente encontrar as razões subjetivas dos atos parlamentares que pratico, nesta Casa. Entendo ...

O Sr. Dirceu Manfrinato — É discurso paralelo, Sr. Presidente ?

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está com a palavra o Sr. Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito, Sr.

Presidente, que, pelo menos uma vez se aja com respeito à voz da oposição, nesta Casa, e que os professores saibam, que realmente, agora, a Bancada governista acaba por uma manobra, de fazer com que toda a escala de vencimentos dos professores do Estado do Paraná seja derrotada, através desta medida. É isto que o Paraná precisa saber, Sr. Presidente, e o Paraná vai cobrar, Sr. Presidente, quer queiram quer não queiram, quer usem estratégia quer não usem estratégia, é isto que o Paraná vai saber, através da publicação da lei competente. Ninguém tem a capacidade de ser juiz da conveniência dos atos praticados pelos Srs. Parlamentares, e nós estamos aqui no exercício do nosso mandato, para denunciar os atos e as atitudes...

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Isto é discurso paralelo, Sr. Presidente?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... e estas atitudes, eu sei, calam e doem nos governistas de plantão.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Em votação a Emenda n. 4, o Artigo 3.º da Lei n. 81, publicado às folhas 18, do Avulso.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — Seria possível proceder à leitura?

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Folha n. 18, Avulso, mas a Mesa vai solicitar a Sra. Secretária que proceda a leitura.

(É procedida a leitura do artigo 3.º)

As Emendas ns. 4, 5.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário de ns. 05 e 06, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N. 04/86 EMENDA N. 05

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos:

"Art. — A série de classes de Consultor Legislativo, composta pelas Classes C e B, ficam integradas à de Consultor Legislativo, Classe A, Referência I, e a de Consultor Legislativo Classe D, passa a integrar a de Consultor Legislativo, Classe B, Referência I, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. ... — O Anexo I, de que trata o art. 16, da Lei n. 7784, de 14 de dezembro de 1983, alterado pela Lei n. 7884, de 07 de agosto de 1984, passa a ter a seguinte redação:

ANEXO I (Art. 16)

Série de Classe	Classe	Referência	Percentual
CL-1	A	I	100,00
CL-1	B	I	94,00
J-2	A	I	94,00
R-2	A	I	94,00
Dentista/Médico	A	I	94,00

Dentista/Médico	B	I	88,00
Dentista/Médico	C	I	82,00
TA-3	A	I	88,00
TA-3	B	I	82,00
TL-3	A	I	70,00
OL-4	A	I	58,00
OL-4	B	I	52,00
OL-4	C	I	46,00
OL-4	D	I	40,00

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo corrigir a grande distorção que ocorreu no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa com a vigência da Lei n. 7884, de 07 de agosto de 1984.

Em junho de 1984, foram votadas leis beneficiando as carreiras de Taquígrafos e Procuradores da Assembléia Legislativa, sendo preteridas todas as demais carreiras.

Na ocasião, as Lideranças Partidárias se comprometeram com a classe dos funcionários legislativos no sentido de rever a situação dos demais servidores, de modo a alçá-los ao nível obtido por aqueles setores, o que será feito com a presente emenda.

PROJETO DE LEI N. 04/86 EMENDA N. 06

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo

"Art. — Os atuais Consultores Legislativos A, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, com mais de trinta e cinco (35) anos de serviço público, portadores de diploma de Bacharel em Direito há mais de vinte (20) anos, devidamente inscritos na OAB, Seção do Paraná, ficam promovidos ao cargo de Procurador da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, independentemente de vagas.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

Apoiamento:

Werner Wanderer
Gilberto Carvalho
Péricles Pacheco
Jorge Maia Filho
e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual, em seu art. 80, determina.
"O acesso na carreira é direito do funcionário"

A presente emenda visa corrigir injustiças a dedicados funcionários do Poder Legislativo, que por motivos de distorções em várias reformas do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa foram preteridos e não conseguiram ainda atingir o fim da carreira, embora sempre tenham desempenhado funções dentro da administração do Poder Legislativo com competência e tempo suficiente para tal.

Através da Lei n. 7784/83, de 16.12.83, art. 27 e 34, idêntico tratamento foi atribuído aos funcionários deste Poder Legislativo, independentemente de tempo de serviço e que tivessem exercido cargos eletivos junto à Assembléia e à Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) As Emendas ns.

04, 05 e 06, que dizem respeito ao problema interno da Assembléia Legislativa, vão ser encaminhadas à Comissão Executiva, para Parecer.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, está na Ordem do Dia e o Plenário gostaria de avaliar aqui exatamente a votação desta proposta. É uma proposta que eu entendo imoral.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa pergunta ao Plenário a decisão de se votar ou de ser encaminhada à Comissão Executiva.

Os Srs. Deputados que desejam encaminhar à Comissão Executiva, queiram conservar-se como estão.

Os que não desejam, queiram levantar-se.

Rejeitada a decisão da Mesa. A Mesa irá colocar em votação.

Emenda n. 04 — Rejeitada

Emenda n. 05 — Rejeitada.

Emenda n. 06 — Rejeitada.

Projeto de Lei n. 04/86. Irá para 3ª Discussão com as emendas aprovadas em 2ª Discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 276/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 196/85), que concede ao escritor paranaense LADISLAU ROMANOWSKI, uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 (Dois vírgula dois) salários-mínimos regionais. Com Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. *Aprovado.*

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 05/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 23/86), que objetiva, na forma prevista pelo Art. 23, § 9º, inciso II, da Constituição da República, adotar critérios de participação dos municípios na arrecadação do Imposto sobre Operação Relativo à Circulação de Mercadorias. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Orlando Pessuti, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N. 05/86 EMENDA

Substitua-se a redação do art. 3º pela seguinte:

"Art. 3º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais até o valor de Cz\$. 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), utilizando como cobertura quaisquer das formas previstas no art. 43, § 1º, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, para conceder auxílio financeiro aos municípios, até o valor referido, com o fim de compensar diferenças a menor decorrentes da não aplicação, no exercício financeiro de 1986, dos critérios adotados pelo artigo 1º desta lei"

Sala das Sessões, em 31 de março de 1986.

(aa) NILSO SGUAREZI e ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento:

AMÉLIA HRUSCHKA

NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Depois de iniciada a tramitação do presente plano de lei, o Governo Federal, através dos Decretos-Leis ns. 2283, de 27 de fevereiro de 1986 e 2284, de 10 de março deste mesmo ano, houve por bem mudar a denominação da unidade do sistema monetário brasileiro para cruzado, passando o cruzeiro a valer um milésimo do valor unitário da nova moeda.

A presente emenda tem por objetivo adequar a redação deste projeto, às disposições emanadas da nova legislação em vigor.

Em discussão o projeto e a emenda.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito que Vossa Excelência dê conhecimento, de que emenda se trata.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa vai proceder à leitura.

(É lida a Emenda)

Em votação o projeto — *Aprovado.*

Em votação a emenda. — *Aprovada.*

O projeto irá à 4ª Discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 277/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 197/85), visando dar nova redação ao artigo 2º, da Lei n. 7978, de 30/11/84, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — *Aprovado.* (Public. no D.A. n. 115/85, de 20/10/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 277/85

PARECER:

O Poder Executivo encaminha à Assembléia Legislativa, mensagem no sentido de alterar a redação do art. 2º, da Lei n. 7978, suprimindo seu parágrafo único.

Não havendo impedimento legal para tal alteração, e convencidos pela justificativa que acompanha o projeto de lei, na qual se afirma que a mesma consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, somos favoráveis à aprovação da matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
TRAJANO BASTOS — Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do vereador Rubens Siqueira Ribas, do Município de Guarapuava. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da professora Delmira Thomaz, ocorrido no Município de Guarapuava. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airtom Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do vereador Rubens Siqueira Ribas, do Município de Guarapuava. — *Aprovado.* —

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Cândido Maia, ocorrido no Município de Clevelândia. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Nita Garanhão, ocorrido no dia 29 de março do corrente ano. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otacílio de Oliveira, ocorrido no dia 29 de março do corrente ano. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Evangelista Benatto, ocorrido no dia 30 de março do corrente ano, no Município de Campo Largo. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Siqueira Ribas, ocorrido em 25 de março do corrente ano, no Município de Guarapuava. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a doação de um microônibus para uso escolar, ao Município de Pirai do Sul. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo à CAMILAS — Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul Ltda., pela eleição do Sr. Luiz Celso Machado, para Presidente. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 23.^o aniversário de fundação do jornal "Diário Popular", desta Capital. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do primeiro aniversário de fundação do Jornal "Folha de Tamandaré", no Município de Almirante Tamandaré. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 32/86. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 74/85, que concede o título de Cidadã Honorária a Sra. Marly Macieira Sarney. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 206/85, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina, área de formato irregular medindo 1.496,31 m², do Distrito de Warta, do referido município, para a construção de uma quadra esportiva destinada à educação. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção e recuperação de várias pontes no Município de Araruna. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de carteiras para a Escola Estadual General Carneiro Ensino de Primeiro Grau, no Município de Roncador. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de um telefone público no conjunto da COHAPAR, localizado no Município de Iretama. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de 200 carteiras para a Escola Estadual IV Centenário, Ensino de Primeiro Grau, no Distrito do mesmo nome, Município de Goioerê. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada, para o Distrito Administrativo de Luziana, Município de Campo Mourão. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do Parque de Exposições "José Richa", no Município de Mamborê. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada, para a Delegacia do Município de Juranda. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a iluminação da quadra de esportes da Escola Estadual Dom Pedro II, Ensino de Primeiro Grau, no Município de Janiópolis.

Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o apensamento do Projeto de Lei n. 31/86, que trata da fixação de novas alíquotas do I.P.V.A., ao Projeto de Lei n. 01/86, que trata da mesma matéria. - *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à COHAPAR, pelo sucesso do "Projeto Mutirão", que foi implantado em nosso

Estado. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao cineasta Sílvia Back, pela produção do filme intitulado "O Auto Retrato de Bakun". *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Diretoria do Jornal "Diário Popular", pelo 23.º aniversário de fundação. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações para a ACEP - Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, pela posse da nova Diretoria. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Sr. Matias Alenor Martins, pela eleição para o cargo de Vice-Presidente da Região Sul, da Central dos Geral Trabalhadores. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Saúde, pelo sucesso da recém realizada VIII Conferência Nacional de Saúde. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Alceu Sperança Presidente da Comissão Provisória do PCB, pela inauguração da sede e instalação da referida Comissão, no município de Cascavel. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do Inamps, encarecendo providências para a normalização do atendimento médico-hospitalar noturno no hospital do município de Tamarana. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Alípio Gomes Filho. Prefeito do Município de Sabará (MG), por ser o primeiro Prefeito Comunista na história da política brasileira. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança

Pública, visando a designação de um guarda de trânsito para o município de Mariluz. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação de um convênio para atendimento odontológico junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Boa Esperança. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a implantação de um laboratório para o Colégio Estadual Professor João Faria da Costa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Nova Cantu. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de materiais para o Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Ubatã. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a realização de reformas gerais nas instalações da Escola Estadual Luiz Deliberador - Ensino de 1.º Grau, do Município de Sertãozinho. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a construção de uma quadra poliesportiva no Colégio Estadual Campina da Lagoa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Campina da Lagoa. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de acessos às propriedades existentes na PR-317 no trecho entre o Rio Ivaí e o Município de Campo Mourão. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo apoio na recuperação de diversas estradas existentes no Município de Terra Boa. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo 23.º aniversário de fundação do "Diário Popular". *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 1.º aniversário de fundação da "Folha de Tamandaré" do Município de Almirante Tamandaré. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo 51.º ano de existência do Porto

de Paranaguá. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelos 96 anos de emancipação política do Município de União da Vitória. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de regozijo à Igreja Adventista Central de Curitiba, pelo 15.^o aniversário da fundação da TELEPAZ. *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência daquele Banco, no município de São Jorge do Patrocínio. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, encarecendo o ingresso, no Quadro de Assistência Religiosa da PMPR, de pastor e/ou formandos em teologia. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo providências junto aos demais órgãos da Administração Estadual viabilizando a construção de uma quadra poli-esportiva na Escola São Jorge, do município de São Jorge do Patrocínio. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Faculdade de Direito de Curitiba, pela criação do Grupo de Trabalho "Desembargador Francisco Cunha Pereira". — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia do município de Barbosa Ferraz. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia do município de Moreira Sales. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a realização de pintura geral no Colégio Estadual Olavo Bilac, no município de Peabiru. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de uma sala para curativos junto ao posto de saúde existente no município de Quinta do Sol. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de um módulo policial, no bairro de Vista Alegre, nesta Capital. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi, Mário Pereira, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das conclusões gerais do Fórum de Debates sobre Irrigação e Reflorestamento. — *Aprovado.* À Diretoria Legislativa. — *(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 30 de abril do corrente ano, a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. José Simões de Paiva Neto — Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade. — *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 50.^o (cinquentenário) da chegada ao Brasil da Congregação dos Padres Missionários da Consolata. *Aprovado.* — À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 1.^o, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 05/86

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 04/86

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 277/85

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS NILSO SGUAREZI, MÁRIO PEREIRA, ODENI MONGRUEL E PAULO FURLATTI, EM SESSÃO DO DIA 31/03/86.

"IRRIGAÇÃO E REFLORESTAMENTO"

Os participantes do FÓRUM DE DEBATES sobre IRRIGAÇÃO E REFLORESTAMENTO, convocado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após ouvirem exposições, participarem de debates e integrarem Grupos de Trabalho sobre os temas propostos, concluem:

CONCLUSÕES SOBRE REFLORESTAMENTO

O Estado do Paraná detinha no início do século, em termos de oitenta e sete por cento de cobertura florestal, tendo chegado, hoje, ao alarmante índice de cinco por cento. O mais grave é que temos regiões com menos de um por cento, como é o caso do NOROESTE. Por outro lado, existe uma concentração de florestas na Serra do Mar e Litoral, no Parque Iguaçu e na Região Sul, esta, tipicamente madeireira.

Os índices internacionais, registram uma necessidade

mínima de trinta por cento de cobertura florestal, distribuída especialmente de forma a proteger o regime hídrico, o solo, a flora e a fauna.

A situação do Norte, Oeste e Sudoeste também é gravíssima. No caso da Biomassa Florestal para fins energéticos por exemplo (carvão, lenha, etc...), já não existe disponibilidade nenhuma para consumo, sendo que nas regiões privilegiadas do Estado (Litoral e Região Metropolitana de Curitiba), estima-se a exaustão em apenas oito anos.

Estão cadastradas, no Estado, quase 3.000 indústrias de base florestal, operando com índice de ociosidade de aproximadamente setenta por cento, face a baixa oferta de matéria-prima, mesmo assim gerando em torno de vinte e cinco por cento da receita do ICM e 130.000 empregos diretos. Muitas delas estão transferindo-se para outros Estados ou encerrando as atividades, simplesmente.

A questão ambiental é gravíssima, ocasionando o desaparecimento da fauna, a depauperação e degradação dos solos e a poluição do regime hídrico.

O Grupo Florestal reunido para as conclusões do IX FÓRUM DE DEBATES, considera extremamente urgente a definição por parte do Governo do Estado, de uma política clara e definida para o setor florestal, e sua urgente implementação por parte do órgão estadual competente, fortalecendo-o e aparelhando-o adequadamente de recursos humanos e materiais necessários, sem medir esforços.

Observa-se nitidamente que somente um programa ousado de reposição florestal poderá evitar uma crise de enormes proporções. Somente um programa desta natureza, acrescido de uma campanha de conscientização da população para utilização racional dos recursos naturais, poderá evitar uma crise sem precedentes, nos segmentos produtivos do Estado, além de significativo acréscimo às graves perturbações ambientais já verificadas.

A Política Florestal para o Estado do Paraná deve ser enfocada sob três planos:

- I – PLANO ADMINISTRATIVO
- II – PLANO TÉCNICO
- III – PLANO POLÍTICO E LEGISLATIVO

PLANO ADMINISTRATIVO

Deve visar uma maior interação dos órgãos e entidades que atuam no setor florestal paranaense, sob a coordenação do Governo do Estado.

Deve visar um fomento efetivo à atividade florestal no sentido do equacionamento dos problemas produtivos, energéticos, ambientais e sociais.

PLANO TÉCNICO

Deve visar o incentivo à pesquisa florestal dentro dos diversos campos (manejo florestal, silvicultura, tecnologia de produtos florestais e ecologia).

Deve visar a implantação de florestas, de acordo com uma oferta auto-sustentada, em função das necessidades dos diversos segmentos consumidores, procurando alcançar o equilíbrio entre o corte e o plantio atingindo assim uma rotatividade cíclica.

Deve visar a ampliação do DISTRITO FLORESTAL DO ESTADO, para todo o território paranaense.

Deve visar estabelecer o zoneamento econômico-florestal do Estado do Paraná.

PLANO POLÍTICO E LEGISLATIVO

No plano político está o principal entrave para o desenvolvimento florestal paranaense. Tornam-se necessárias urgentes gestões do Governo do Estado, Assembléia Legislativa e Bancada Federal do Paraná junto ao Governo Federal no sentido de que o IBDF, órgão responsável pela execução da política florestal nacional transforme-se em um autêntico Serviço Florestal, de modelo federativo e normativo, que defina a política florestal global para o País, delegando aos Estados atribuições e recursos financeiros para sua execução e permitindo que o mesmo possa legislar supletivamente sobre a matéria florestal de acordo com suas peculiaridades regionais.

Se esses objetivos forem alcançados a curto prazo, com certeza poderemos reverter a crítica situação atual.

CONCLUSÕES SOBRE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Considerando que o objetivo do PRONI (Programa Nacional de Irrigação) é incrementar a produtividade em áreas tradicionais e incorporar ao Processo Produtivo as áreas até então inaproveitadas;

Considerando que o Estado do Paraná pode dar uma resposta altamente positiva a este Programa, e que sempre foi preterido na divisão de recursos pelos órgãos federais, e tendo em vista:

- o elevado grau tecnológico do nosso produtor rural;
- a fertilidade natural dos solos;
- a infra-estrutura já existente;
- os recursos hídricos e energéticos disponíveis;
- os baixos custos de implementação destes projetos;

Considerando, ainda, que no Estado do Paraná, a má distribuição pluviométrica vem ocasionando prejuízos consideráveis à economia local e nacional, e que a cada capacidade de armazenamento de água no solo tem diminuído consideravelmente, devido ao seu uso intensivo;

PLEITEIAM:

Participação substancial do Estado nos recursos financeiros do PRONI, administrado pelo Ministério da Irrigação, além de alocação de recursos, via Governo do Estado do Paraná, com os fins específicos de:

- incorporar várzeas ao processo produtivo;
- desenvolver métodos de conservação de água no solo;
- desenvolver técnicas de acumulação de água;
- promover a implantação de métodos de Irrigação que garantam as safras agrícolas, diminuindo os riscos de produção e propiciando o maior aproveitamento de unidade-área/ano;
- incentivar e promover pesquisas através dos órgãos competentes do Estado para tal fim;
- incentivar e promover a Assistência Técnica necessária ao desenvolvimento dos projetos;
- que o Governo do Estado nomeie, em caráter emergencial, uma Comissão com fins específicos de elaborar o PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM;
- que o Governo do Estado, baseado nos trabalhos desta Comissão, nomeie um Grupo Executivo encarregado de conduzir este programa, dando a maior amplitude participativa aos órgãos ligados ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Iniciativa Privada.

PROPOSIÇÕES APROVADAS

1. Os participantes do FÓRUM DE DEBATES sobre IRRIGAÇÃO E REFLORESTAMENTO, posicionam-se com relação ao represamento de Rosana e às indenizações a serem feitas, no sentido de que os valores sejam transformados em cruzados, no fator de conversão de 1.000 para 1, e não na tabela da data do pagamento, haja vista que elas não previam juros e correção monetária.

2. Que haja imposição do Estado do Paraná, através de seus Poderes Constituídos, junto às empresas concessionárias de energia elétrica, que todas as represas hidrelétricas em construção ou a serem construídas, reponham na forma de reflorestamento ou desapropriações de áreas de florestas nativas, o equivalente em área de florestas alagadas, com a finalidade de transformá-las em reservas biológicas ou partes sob a administração do Estado.

3. Que, tendo em vista a redução a um quinto da área do município de Querência do Norte, além de outras perdas territoriais das demais municipalidades afetadas pela qual cota programada para a represa de Ilha Grande — o que levaria à perda de todas as suas várzeas altamente produtivas, que hoje fornecem ao Paraná setecentas mil sacas/ano de arroz — propõem a revisão do projeto de Ilha Grande, de modo a minorar os danos que aquele reservatório causará às áreas agricultáveis da região abrangida.

COMISSÃO RELATORA

Professor ALTAIR BERTONHA - Coordenador
Universidade Estadual de Maringá

Engenheiro Florestal PAULO ROBERTO CORDEIRO
Relator do Grupo de Trabalho sobre Reflorestamento

Engenheiro Agrônomo ARION DE SOUZA LOBO
Relator do Grupo de Trabalho sobre Irrigação

Engenheiro Agrônomo PLÍNIO ROMANO JÚNIOR
Membro

Engenheira Agrônoma MARIA ALICE CONSALTER
Membro

COMISSÃO PARLAMENTAR

aa) Deputado NILSO SGUAREZI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Deputado MÁRIO PEREIRA
Coordenador do Painel sobre Irrigação

Deputado ODENI MONGRUEL
Coordenador do Painel sobre Reflorestamento

Deputado PAULO FURIATTI
Coordenador do Painel sobre Meio Ambiente